

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. ____

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Srs. Vereadores e no seguimento do que foi falado na última Reunião de Câmara, relativamente à esterilização de animais, que a Candidatura que a Câmara Municipal apresentou oportunamente foi aprovada. _____

O Sr. Presidente pôs à consideração dos Srs. Vereadores um **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. João Vasconcelos**, documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

Voto de Pesar:

“A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião de 10 de abril de 2019, expressa, neste momento de enorme perda e dor, o choque e o seu mais profundo pesar pelo inesperado falecimento do nosso querido conterrâneo e amigo, João Vasconcelos, um dos melhores quadros da Política Nacional, onde desempenhou vários cargos de relevo, ao serviço de Portugal. _____

Com apenas 43 anos, João Vasconcelos foi um dos maiores divulgadores e impulsionadores da Economia Digital e do apoio ao empreendedorismo em Portugal, um entusiasta da promoção da sustentabilidade e responsabilidade social das empresas. Foi o diretor executivo da StartUp Lisboa entre 2011 e 2015, que constituiu um importante impulso para o renascimento económico da capital. _____

Com uma grande amizade por Figueiró dos Vinhos, com raízes na freguesia de Aguda, para além de um político de reconhecida competência, foi um grande empreendedor, visionário, determinado e com um dinamismo invejável. _____

No seu percurso não esqueceu, nunca, o nosso Concelho. Sempre disponível, atento e entusiasta, fomos

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

merecedores da sua amizade, respeito e ajuda sempre que a si nos dirigimos em diversos momentos da nossa governação autárquica. _____

Contribuindo, inquestionavelmente, para o novo paradigma do desenvolvimento económico no nosso Concelho, sendo exemplo a implementação da incubadora de empresas, Centro Investe, em Figueiró dos Vinhos, cujo trabalho iniciamos com o João Vasconcelos, tivemos, ainda, o privilégio de o ter a partilhar connosco estes e outros importantes momentos para o nosso Concelho. _____

Todos sentimos muito dolorosamente esta imensa perda, para o Concelho de Figueiró dos Vinhos e para Portugal, de alguém que ainda tinha muito para dar ao país, na luta por uma sociedade mais justa e moderna. Sentimos, no entanto, um orgulho imenso pelo muito que fez num período de vida, infelizmente, tão curto.

Neste momento de profunda consternação para todos nós, expressamos as mais sentidas condolências à família do João Vasconcelos, aos seus pais, irmão, esposa, filhos, e a todos seus inúmeros amigos”. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, relativamente ao **voto de pesar** apresentado pelo Sr. Presidente, referente ao falecimento recente do Dr. João Vasconcelos, subscreveu por inteiro as considerações expressas naquela Proposta, recordando a figura impar do Dr. João Vasconcelos com quem teve oportunidade de privar de forma assídua e permanente durante o tempo em que exerceu as funções de Deputado no Parlamento Português, lamentando a partida prematura de um empreendedor, de um amigo e de alguém muito responsável pela revolução tecnológica que se tem vindo a verificar no País nos últimos anos, lembrando a este propósito as considerações elogiosas feitas pelo Sr. Presidente da República relativamente a um Homem que tem as suas raízes no concelho de Figueiró dos Vinhos, estando certo que se tivesse tido oportunidade em muito poderia contribuir para a ajuda ao nível do desenvolvimento económico e instalação de empresas de que o concelho necessita. Expressou finalmente o seu sentido pesar, apresentando à sua família também as suas condolências pelo infausto acontecimento. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que já teve a oportunidade de o fazer na Assembleia Municipal, manifestando a sua solidariedade e consternação, expressando a toda a estrutura do partido o Voto de Pesar, subscrevendo o Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Presidente. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Pesar, tendo sido guardado um minuto de silêncio em sua memória, transmitindo o mesmo à sua família. _____

A Câmara Municipal também aprovou por unanimidade um **Voto de Pesar** pelo falecimento do pai do Sr. Vereador José Adelino, tendo sido guardado um minuto de silêncio em sua memória, transmitindo o mesmo à

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

sua família. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, ainda no uso da palavra deu conhecimento aos Srs. Vereadores do seu Despacho n.º 09/2019, relativo à **Tolerância de Ponto** no período da tarde de Quinta-feira Santa, dia 18 de abril de 2019 aos trabalhadores da Autarquia. _____

Outro assunto que deu conhecimento, vem no seguimento de uma deliberação tomada na Reunião de Câmara de 19/11/2016, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas da Sr.ª Arminda Mendes dos Santos Simões da Coelheira – Aguda, onde foi concedido um apoio no valor de 922,50 euros. Como os trabalhos não foram realizados na totalidade, deverá o processo ser encerrado com o valor de 500,00 euros + IVA. _____

Por último deu conhecimento aos Srs. Vereadores, de uma cerimónia realizada no dia 9 de abril em Coimbra, tendo o Sr. Presidente do Município de Oeiras, sócio maioritário da Município, no âmbito do **Projeto Solidário, Oeiras 30+** oferecido trinta Kits a trinta municípios, com uns ortofotos da área mais ardida em 2017, sendo sem dúvida um bom instrumento de trabalho. _____

Os Srs. Vereadores tomaram conhecimento. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, no uso da palavra trouxe dois assuntos que leu e se transcrevem na íntegra: _____

“**A Florestgal** foi inaugurada no passado dia 20 de março em Figueiró dos Vinhos. _____

Recebi um convite do Sr. Presidente através da secretária da presidência, para estar presente na inauguração e quero dizer-lhe, muito claramente, enquanto trabalhador e vereador deste executivo, de que não necessito de ser confrontado para a justificação do tempo, que disponibilizei ao ter aceite o convite e ter estado presente na inauguração da empresa pública florestal. _____

Quero recordar-lhe Sr. Presidente de que fui convidado telefonicamente pela secretária da presidência, Dª Manuela Pereira, que em seu nome me dirigiu o convite para estar presente na cerimónia que contava com a presença do senhor Primeiro-Ministro, dando-me conta, inclusive, do programa da visita que constava de receção no edifício dos Paços do Concelho, seguido de apresentação da empresa no Museu e Centro de Artes e por fim com visita às instalações da Florestgal. _____

No dia 19, vésperas do dia da cerimónia, novamente em contacto com a secretária do Sr. Presidente foi-me dito que o programa tinha sofrido alterações e a visita seria apenas às instalações da empresa, tendo ficado sem efeito a visita à câmara e ao Museu e Centro de Artes. _____

Perante estes factos considerei que o convite tinha sido um convite institucional dirigido a um vereador do

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

executivo camarário e que dei por boa nota, pese embora, e com o devido respeito, ter sido, uma vez mais, a secretária do senhor Presidente a fazê-lo quando a meu ver poderia ter sido dirigido pelo próprio. _____

Na semana seguinte dia 27 de março, sou confrontado pelo senhor Chefe de Divisão, Eng.º Mendes Lopes que, após ter sido “despertado” pelo senhor Presidente, me transmite as suas ordens, vincando que aparentemente o convite tinha sido dirigido pela empresa e não pela câmara, e que assim, enquanto trabalhador do município não tinha apresentado a folha justificativa com o tempo tirado para aquela cerimónia e que o deveria fazer.

Foi total a minha surpresa com ilógica observação e tive a oportunidade de justificar ao senhor Chefe de Divisão de que o convite me foi endereçado telefonicamente pela secretária da presidência por ordem e em nome do Sr. Presidente da Câmara Municipal. _____

Pude constatar a surpresa do meu interlocutor ao qual expressei o meu incómodo pela irracionalidade e arbitrariedade da medida. Liguei de imediato à secretária do senhor Presidente que me confirmou o expediente adotado. _____

Senhor Presidente, _____

Pese embora todo este lamentável procedimento de V. Exa., que tudo tem feito para atropelar aquilo que é o exercício de um cargo institucional criando um clima constante de afronta, tentativa de intimidação, coação e desrespeito institucional reiteradamente praticado para com um seu vereador quero transmitir-lhe o que entendo de tudo isto e questionar sobre o critério que presidiu a esta sua insensata e desrespeitável decisão:

- a) No exercício de funções autárquicas e utilizando a prerrogativa de estatuto de eleito local não preciso de ser ultrajado, nem vexado no exercício do cargo perante colegas autarcas e colegas de serviço sobre os direitos e deveres das minhas funções; _____
- b) Erradamente entendi que o convite que me foi dirigido foi um gesto sincero e honesto a um vereador que integra o executivo municipal e que o mesmo me foi endereçado no respeito pelo princípio democrático e institucional, mas como se comprova não teve esse elevado propósito; _____
- c) De referir que não precisava que o senhor Presidente tivesse o frete de me dirigir o convite, pois seria minha vontade expressa de estar presente naquela cerimónia e aí, sim, utilizando o tempo conferido pelo estatuto de eleito local; _____
- d) Ponderada a decisão entendi não estar disponível para alimentar polémicas inúteis e desnecessárias e decidi não tornar mais embaraçoso para os serviços todo este mau estar que se tem vindo a instalar por única e exclusiva responsabilidade do senhor Presidente da Câmara que confunde e procura no

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

exercício das suas funções exercer um poder manipulador e abusivo sobre aqueles que ao serviço da instituição Câmara Municipal, seguem e defendem um outro rumo, um outro pensamento e uma linha ideológica diferente da maioria; _____

- e) Reposta que está a situação com a entrega do documento comprovativo que valida o tempo que despendi naquela cerimónia, para agora e por maioria de razão, um conjunto de dúvidas e perplexidades sobre a razão e o critério da presença de mais de uma dezena de trabalhadores do município naquela cerimónia, facilmente comprováveis em registos fotográficos e videográficos, quando a mesma, segundo refere o Sr. Presidente, não teve qualquer envolvimento e iniciativa da câmara municipal. _____

Assim, pergunta-se: _____

1. Qual a razão para que funcionários do município, integrados em serviços que nada tem a ver com o âmbito da cerimónia estavam a assistir à mesma? _____
2. Foram dispensados do serviço para assistir? Invocaram o quê? Ao abrigo de que legislação? _____
3. Constatou-se que trabalhadores do município despenderam o seu tempo a preparar a cerimónia e tirar fotografias com equipamento do município, as quais foram posteriormente publicadas em páginas pessoais de um ou outro militante socialista, pois nada se viu no site oficial do município. Pergunta-se, qual o critério e a razoabilidade desta utilização de recursos do município? _____
4. Apresentaram também esses trabalhadores justificação para estar presente na cerimónia? Qual o estatuto invocado? _____
5. Interpelou também o senhor Presidente da Câmara todos esses trabalhadores quanto à razão da sua presença numa cerimónia para a qual não foram de certo, convidados? _____

São estas questões que nos levantam dúvidas e que em nome da transparência do rigor da verdade e da igualdade de tratamento gostaria de ver cabalmente esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019 _____

Luís Filipe Silva

Vereador”

Posto isto, arrasta-me este assunto para um outro igualmente delicado e que passo a conferir no sentido de ver esclarecido por parte do Senhor Presidente como responsável direto, da prática continuada de manifesto

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

tratamento de privilégio e regime de exceção a trabalhadores e autarcas com clara violação das regras emanadas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e do nobre e distinto estatuto conferido aos Eleitos Locais, designadamente a vereadores da oposição. _____

A Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, define o ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, consagrando no artigo 2.º o Regime do Desempenho de Funções e refere o n.º 3 do mesmo artigo que "*Os membros de órgãos executivos que não exerçam as respetivas funções em regime de permanência ou de meio tempo serão dispensados das suas atividades profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, para o exercício de atividades no respetivo órgão, nas seguintes condições:* _____

a) Nos municípios: os vereadores, até 32 horas mensais cada um;".

Consagrou desta forma o legislador, para os membros dos órgãos executivos das freguesias e municípios um princípio geral de dispensa das suas atividades profissionais, determinando para esse efeito um número de horas mensais que cada eleito tem direito **para o desempenho das atividades do respetivo órgão**. Tal dispensa deve ser no entanto precedida de aviso prévio à entidade patronal. _____

Na sua sequência, estipula o n.º 5 do mesmo preceito que "*As entidades empregadoras dos eleitos locais referidos nos n.ºs 2, 3 e 4 do presente artigo têm direito à compensação dos encargos resultantes da dispensa*". Pretendeu assim o legislador compensar as entidades empregadoras dos encargos resultantes da dispensa aos eleitos locais (em regime de não permanência ou de meio tempo) no âmbito das suas atividades profissionais, encargos esses que são, por força do art. 24º do Estatuto, suportados pelo orçamento da respetiva autarquia.

Acontece e é público que o Vereador Carlos Alberto David dos Santos Lopes dá formação de forma continuada e reiterada para a entidade PROFIFORMA - Gabinete de Consultadoria e Formação Profissional Lda. _____

O exercício e a prática reiterada e continuada de Formador em nada têm a ver com o exercício da atividade de Vereador. A lei é clara nesse aspeto e se dúvidas houvesse bastava ler a página 7 do Parecer DSAJAL 218/18, de 23 de julho de 2018, assinado pela Dra. Maria José Castanheira Neves e cito: _____

"O que a lei exige é que as 32 horas mensais de dispensa das atividades profissionais sejam utilizadas em atividades que respeitem a atos relacionados com as funções de vereador." _____

O que aqui não é manifestamente o caso. _____

Esta prática pública de ministrar formação durante as horas de serviço é conhecida de todos e comentada por muitos e não só em Figueiró dos Vinhos. _____

Esta situação não pode deixar de ser naturalmente do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara e de todo

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

o executivo municipal e até já teve honras de piada de carnaval. _____

Este caso encerra duas questões. A responsabilidade do Vereador em todo este caso e a responsabilidade da câmara ao permitir que esta situação ocorra. _____

Perante isto pergunta-se: _____

Pode um agente do estado (trabalhador) utilizando a prerrogativa de ser eleito local e usufruir desse estatuto, para ir exercer funções remuneradas de formador numa outra entidade sem que essa atividade em nada esteja relacionada com o exercício de eleito local/Vereador? _____

Resposta: Não, não pode. A lei assim o proíbe e o parecer que atrás referimos assim o confirma. _____

Há, também, uma outra questão que se prende com os procedimentos legais da autorização. _____

Pergunta-se:

- a. O Vereador Carlos Lopes tem invocado junto da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos a dispensa de 32 horas mensais de acordo com o previsto no artigo 9.º e 11.º da Lei n.º 11/96, de 18 de abril, na sua atual redação, conjugado com o artigo 2.º do Estatuto dos Eleitos Locais? _____
- b. Sendo esta situação pública o Sr. Presidente está em condições de assegurar que todas as faltas ao abrigo das tais 32 horas o foram, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, para o exercício de atividades no respetivo órgão como obriga a Lei? _____
- c. O Sr. Presidente pode assegurar se relativamente à questão anterior foram cumpridos todos os preceitos legais e obrigatórios? _____
- d. Das ausências reiteradas e por todos observadas pode o Sr. Presidente garantir que, mensalmente, as 32 horas nunca foram ultrapassadas? _____
- e. É público que o Vereador Carlos Lopes ministra formação durante as horas de serviço. Sabe-se que a *“lei exige que as 32 horas mensais de dispensa das atividades profissionais sejam utilizadas em atividades que respeitem a atos relacionados com as funções de vereador”*. Ministar formação nada tem a ver com a atividade de Vereador, assim, pergunta-se: A Câmara Municipal e o Sr. Presidente anda a dispensar o Vereador Carlos Lopes ao arrepio da Lei? Se sim, por que é que o faz? Se não, o que fez perante isto?
- f. Como atrás é referido a Lei diz que as 32 horas são para *“atividades que respeitem a atos relacionados com as funções de vereador”* Pergunta-se: ao abrigo de que legislação a Câmara Municipal e o Sr. Presidente dispensa o trabalhador/vereador Carlos Lopes para ministrar formação? _____
- g. Pode o Sr. Presidente garantir que não estamos perante um eventual crime de falsas declarações na utilização de um direito concedido por Lei aos eleitos locais? _____
- h. Sendo o Sr. Presidente tão lesto em outros casos a mandar pedir as justificações de falta pergunta-se:

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Perante esta caso que é público que medidas tomou o Sr. Presidente para acautelar o cumprimento da legislação em vigor, do interesse público e o interesse da autarquia enquanto entidade empregadora?

- i. Perante tudo o que é atrás exposto e que, certamente, não ignorava o que pretende o Sr. Presidente fazer?

Estas são perguntas pertinentes que precisam de resposta. Mas este caso não se fica por aqui. _____

É, igualmente, necessário apurar, com todo o rigor e profundidade a ação e/ou omissão da Câmara Municipal e dos seus responsáveis em toda esta situação que não é de hoje. _____

Como é, também, importante apurar, se quanto à comunicação prévia das ausências, ao direito de dispensa da atividade profissional e perante este quadro factual e analisados todos os preceitos legais, se foram ou não cumpridas, por parte da Câmara Municipal e do trabalhador Carlos Lopes todas as regras legais e procedimentais inerentes. _____

Este é um assunto que levamos muito a sério em nome do rigor e da transparência em cargos públicos e que não deixaremos que passe em claro. Temos, até, o dever e a legitimidade acrescida de questionar a razão dum tratamento diferenciado perante dois casos que envolve dois trabalhadores/vereadores do município. _____

NÃO PODEMOS ACEITAR, que se faça de conta e se feche os olhos a este assunto que se por um lado é, a nosso ver ilegal, e sendo ilegal tem de ser imediatamente corrigido desde o seu início, por outro promove a desigualdade e o tratamento diferenciado entre trabalhadores dando privilégios a uns e penalizações a outros ou seja, DOIS PESOS e DUAS MEDIDAS e isso não aceitamos, jamais. _____

Ao não aceitarmos tal situação quer dizer que solicitamos, aqui e agora, formalmente ao Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos resposta precisa, rigorosa e concisa a todas estas perguntas que formulámos e que devem ser consideradas, cada uma por si, como uma pergunta/requerimento, e por este motivo deverão ser objeto de cada resposta separadamente. _____

Ao não aceitarmos discriminações e eventuais ilegalidades sugerimos, desde já, que se tome de forma urgente todas as providências e diligências consideradas convenientes e necessárias para apurar tudo o que houver a apurar neste assunto e que se tomem todas as medidas e apurados todos os factos. _____

Pela nossa parte estaremos atentos ao seu desenrolar e não o vamos deixar cair ou esquecer. Em nome da transparência e do rigor recorreremos às entidades competentes e usaremos todos os meios legais ao nosso alcance para apurar, desde a tomada de posse em 2017, se todos os procedimentos legais a que eram obrigados a cumprir uns (Câmara Municipal) e outros (Vereador Carlos Lopes) o foram no estrito cumprimento da Lei.

E isso para nós é uma questão de honra de que não abdicaremos. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019 _____

Luís Filipe Silva

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Vereador

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação ao convite para a inauguração da Florestal de que o Sr. Vereador Filipe Silva referiu, informou que o convite não partiu da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Agricultura, pedindo ao Sr. Vereador para lhe mostrar o convite que lhe foi endereçado por parte da Câmara, o que lhe foi transmitido foi a alteração do Programa, lembrando ao Sr. Vereador que é trabalhador daquela casa (Câmara Municipal), devendo cumprir com o que o seu superior hierárquico lhe solicitar. Na referida inauguração, estiveram vários trabalhadores da Autarquia, que prestaram todo o apoio logístico que foi necessário, não havendo tratamento desigual, pelo contrário é total a igualdade entre todos os trabalhadores. _____

Relativamente ao que **explicou acerca do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que também é trabalhador da Autarquia e tem acumulação de funções, tal como o Vereador Filipe Silva e outros colegas que formalizaram o pedido para acumulação de funções, dentro do estrito cumprimento da Lei, sendo efetuado um controlo exaustivo por parte dos Recursos Humanos. As 32 horas que são tiradas, é um direito que os Vereadores têm de acordo com a lei, compete a eles gerir essas mesmas horas. Dos argumentos que apresentou na sua explicação, demonstra uma grande confusão, não distinguindo o exercício das funções de vereador naquele órgão dos direitos e deveres que a lei lhe confere enquanto trabalhador do Município. _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, no uso da palavra e tendo a delegação de competências na área da gestão dos Recursos Humanos, focou o seu percurso como funcionária naquela secção, tendo testemunhado, no exercício dessas funções, o trabalho de grande rigor e profissionalismo que sempre foi feito nos Recursos Humanos. O que estranhou quando iniciou as atuais funções na vereação foi que anteriores eleitos locais nunca, antes de 2013, tenham apresentado uma hora que fosse, para o exercício dessas funções, não existindo antes dessa altura, qualquer pedido formal, nos termos da lei, para esse efeito. Muito estranho, de facto, existir pelo menos um trabalhador do Município que, há data, era eleito local, com responsabilidades acrescidas como autarca de freguesia, entre outras funções que desempenhava, nomeadamente como dirigente associativo, e o que é certo é que não existem registos nenhuns no Município com a dispensa para o exercício dessas funções. Certo é que a partir do ano de 2013, essa situação deixou de acontecer, começou a ser muito mais aprofundada, o rigor imperou, sim, desde aí, mas pelos vistos esta postura incomoda o Sr. Vereador, Filipe Silva. _____

O que é facto é que o Sr. Vereador Filipe Silva insiste em fazer confusões, misturando coisas distintas. Diz estranhar quando se fala em acumulação de funções, quando ele próprio já foi e é Eleito Local, dirigente da Associação dos Bombeiros Voluntários, exerceu funções como perito do Tribunal, deu aulas na Escola

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Secundária, enfim, devia encontrar-se mais do que habilitado para saber os preceitos legais sobre esta matéria, mas pelo que afirma, isso não lhe interessa. As atitudes é de quem as pratica, por isso manifestou o seu desagrado e estranheza quando, de forma continuada, levanta suspeições, deixando as mesmas por escrito, com o único objetivo, não de fazer política séria, mas sim levantar ruído, para depois colocar nas redes sociais para essa finalidade, mas, ao contrário do que pensa, a seu tempo tudo será devidamente esclarecido. ____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, relativamente à intervenção do Sr. Vereador Filipe Silva do PSD, referiu que no que concerne ao seu conteúdo, a mesma continha um conjunto de afirmações e insinuações no que respeita à sua pessoa que lamentava profundamente. ____

Na verdade, estranhava o comportamento e atitude assumidas pelo Sr. Vereador do PSD, não encontrando qualquer justificação para as mesmas, interpretando-as, não como uma intervenção de natureza política mas de um ataque pessoal que lhe estava a ser dirigido. ____

Referiu a este propósito que desde a sua tomada de posse e desde o início do mandato tem seguido uma linha de atuação enquanto eleito local compaginável com os direitos que a Lei na sua perspectiva lhe atribui, tendo atuado sempre de boa-fé e convicto do cumprimento das suas obrigações legais. ____

Apelou uma vez mais à serenidade, tolerância e respeito no debate político que deve ser conduzido na sua opinião, de forma a não radicalizar atuações e comportamentos. ____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, pediu a palavra e evocou a elevação e dignidade do órgão, e em relação ao convite, convidou o Sr. Presidente a ver as fotografias da inauguração onde estão trabalhadores da autarquia que demonstram a realidade dos factos. São trabalhadores que não pertencem aos serviços de apoio à organização nem prestaram qualquer colaboração a que o Sr. Presidente se refere, mas estavam lá. Quanto ao convite reafirma que o convite foi dirigido telefonicamente pela secretária do Sr. Presidente dando conta do acontecimento e num segundo momento informando da alteração do programa, é um facto indesmentível.

No caso do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, referiu não querer que o mesmo seja confrontado no futuro com um pedido de ressarcimento de verbas acumuladas, pelo facto de ter utilizado o tempo enquanto Eleito Local para fins não enquadrados com as funções de vereador como lhe aconteceu enquanto autarca de freguesia que foi e o Sr. Presidente da Câmara na altura ter solicitado à Junta de Freguesia três anos após o início de funções o ressarcimento do tempo que usufruiu por Lei e aqui sim, para e ao serviço de fins públicos. Por isso fala de tratamento desigual e aguarda que igual tratamento seja adotado. Quanto às considerações que aqui foram tomadas já expressou tudo no documento que apresentou e aguarda que o mesmo seja analisado e respondido sendo certo que por eles, irão questionar outras entidades. ____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 07/2019 de 25/03/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia vinte e cinco de março de dois mil e dezanove e o dia nove de abril de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 220.731,76 € (duzentos e vinte mil setecentos e trinta e um euros e setenta e seis cêntimos) _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 663/2019 (seiscentos e sessenta e três barra dois mil e dezanove) a 811/2019 (oitocentos e onze barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 175.084,22€ (cento e setenta e cinco mil oitenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos). ____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia vinte e cinco de março de dois mil e dezanove e o dia nove de abril de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 6.791,50€ (seis mil setecentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 81/2019 (oitenta e um barra dois mil e dezanove) a 102/2019 (cento e dois barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância de 42.462,19 € (quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta e dois euros e dezanove cêntimos). _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia nove de abril de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 93.154,09 € (noventa e três mil cento e cinquenta e quatro euros e nove cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 53.855,56€ (cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e seis cêntimos). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)**OUTROS**

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 21.03.2019 a 05.04.2019. _____

Relação dos despachos referentes a processos de aquisição de serviços e fornecimento de bens e empreitadas no período entre 20.03.2019 e 04.04.2019. _____

Relação dos requerimentos referentes às obras particulares no período de 26.03.2019 a 10.04.2019.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 28 e 29 de março e 01, 02 e 03 de abril de 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 724,21€ (setecentos e vinte e quatro euros e vinte e um cêntimos) e Clube Automóvel Clássicos de Figueiró (despesas com motorista e combustível por conta do Clube). _____

Despacho proferido pela Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás, datado de 03/04/2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho da Sr.ª Vereadora, relativo aos pedidos de utilização da Casa da Cultura do mês de março de 2019, à Comissão Concelhia do PSD, correspondendo o apoio no valor total de 37,52€ (trinta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos) e APEMEA, correspondendo o apoio no valor total de 15,00€ (quinze euros). _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, não participou na discussão e votação do assunto relativo à Comissão Política do PSD, por fazer parte da mesma, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

4.2 CRIAÇÃO DE PERCURSOS NA AV. HERÓIS DO ULTRAMAR E DR. FERNANDO LACERDA – RATIFICAÇÃO:

O Sr. Presidente em relação a este assunto justificou o facto do mesmo vir para ratificar. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Criação de Percursos na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda

Esta é uma proposta que vem ao encontro daquilo que o PSD defende para a requalificação de parte da Vila. Já em setembro de 2016 o PSD defendia a requalificação da área do campo de futebol, passando pelo restaurante Figueiras e a terminar na rotunda do fundo da Vila. E já neste mandato aqui alertei para as condições de segurança da via para quem a utiliza para caminhadas e para a necessidade de uma solução que

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

acautelasse esse problema. Uma parte, a do campo de futebol já está, pese embora todas as atribuições porque passou e as limitações que ainda tem, faltava a outra que se inicia agora. _____

Sempre defendemos a reabilitação de um espaço urbano de grande importância estratégica no enquadramento viário e pedonal da Vila, otimizando a sua funcionalidade, potenciando a sua utilização pedonal e melhorando o conforto e a segurança do espaço para todos quantos hoje a utilizam e para todos aqueles que a venham a utilizar no futuro. _____

Aprovamos este ponto da ordem do dia esperando que esta obra decorra sem as contrariedades da primeira e que possa corresponder ao que sempre pensámos para esta área da Vila e principalmente que possa traduzir-se numa obra útil para todos. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019 _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho emitido pelo Sr. Presidente Jorge Abreu datado de 28/03/2019, que recaiu sobre a Informação Interna n.º 15/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento: _____

Despacho:

“ Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso CENTRO-06-2018-20 dentro dos prazos definidos e atendendo que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 10 de abril e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 365.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto “Criação de percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata Reunião de Câmara Municipal”

Informação Interna n.º 15/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1. OBJETO

Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. _____

Nos termos do n.º 6 do art.º 7º do regime acima citado, a realização das operações urbanísticas deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção. _____

“O presente projeto refere-se à criação de percursos na avenida Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda, que fazem a ligação entre a Rotunda da Fonte Luminosa e o Bairro São João Batista. A Av. Heróis do Ultramar está referenciada pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) como zona de acumulação de acidentes.

Com a execução e implementação deste projecto, pretende-se fundamentalmente criar condições de segurança, acessibilidade, mobilidade e um ambiente visual agradável que potencie o bem-estar e conforto humano, para quem aceda ou esteja na área de intervenção, ou tenha acesso visual para o mesmo.

Pretende-se fundamentalmente criar condições de segurança, acessibilidade, mobilidade e um ambiente visual agradável que potencie o bem-estar e conforto humano, para quem aceda ou esteja na área de intervenção, ou tenha acesso visual para o mesmo. Pretende-se também valorizar ao nível ecológico, funcional e estético a área em questão. O melhoramento dos vários percursos foram privilegiados, para usufruto da população em geral e em particular dos cidadãos com mobilidade reduzida, não descurando a criação de vias pedonais suaves, que permitam e potenciem a mobilidade diária, entre zonas essencialmente residenciais e zonas de comércio, equipamentos e serviços públicos.” pág. 2, 3 da memória descritiva. _____

1.1 O projeto apresenta uma estimativa orçamental de 604.897,66€ (oito mil, cento e vinte cinco euros), a este valor acresce a taxa de IVA em vigor. _____

1.2 O projeto apresenta uma calendarização de 8 meses. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

2.1.1 ENQUADRAMENTO

2.1.1.1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ **Classificação e Qualificação do Solo:**

→ **Solo Rural:**

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)**Espaços Agrícolas de Produção;** _____**Espaços Florestais de Produção;** _____**Espaços Florestais de Conservação;** _____**Espaços Naturais;** _____**Aglomerados Rurais;** _____**Áreas de Edificação Dispersa;** _____**Espaços de Ocupação Turística;** _____**Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB;** _____**Áreas Turísticas – POACB;** _____**→ Solo Urbano:** _____**✓ Solo Urbanizado;** _____**Espaços Centrais;** _____**✓ Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I;** _____**Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____**Espaços de Atividades Económicas;** _____**Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos;** _____**Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas;** _____**→ Zonamento Acústico – Sobreposição.** _____**→ Património – Sem sobreposição.****2.1.1.1.2 Condicionantes**

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

- **Reserva Ecológica Nacional** – Não há sobreposição. _____
- **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Não há ssobreposição. _____
- Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Sem área ardida. _____
- **Risco de Incêndio** – Sem classe atribuída. _____
- **Outras Condicionantes** – Estrada municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM**2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:**

Não há parâmetros urbanísticos aplicáveis face à tipologia do projeto.

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

Não há inconveniente com os parâmetros e normas estabelecidos no PDM.

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR**2.3.1 Recursos Naturais:** _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouçã e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

Recursos Agrícolas e Florestais _____

Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

Recursos Ecológicos _____

Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCO 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

a. Monumento Nacional: _____

- i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. **Imóvel de Interesse Público:** _____

- i. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____
- ii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____
- iii. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

- i. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

i1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

i2 Muito alta tensão (220kv). _____

i3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

i4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária**

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i1 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii. Rede Nacional Complementar: _____

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro);

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii. Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv. Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos _____

2.3 USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1 Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo.

3 CONCLUSÕES

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

3.1 Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, não carecendo de consulta a entidades que, nos termos da lei, devam emitir parecer, autorização ou aprovação sobre o pedido, nem consulta de entidades da administração central, direto ou indireta, do setor empresarial do Estado, bem como de entidades concessionárias que exerçam poderes de autoridade, que se devam pronunciar sobre a operação em razão da localização. Fica condicionada a presente aprovação ao parecer das infraestruturas elétricas.

3.2 Sugere-se que sejam informadas a U.O.A.F. e a U.O.O.M., considerando que possa ser um projeto executado no âmbito da contratação pública, de que: Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio e nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanística”.

4.3 PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – APROVAÇÃO: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 41/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 41/2019:

“A Câmara Municipal deliberou em reunião ordinária de 25 de março de 2019, desencadear o procedimento de elaboração do projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos, com publicitação do início do procedimento na internet, no sítio institucional do Município de Figueiró dos Vinhos, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do código do procedimento administrativo, aprovado pelo decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. _____

Tendo em conta que o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos decorreu de 26/03/2019 a 04/04/2019 e que foi rececionada neste Município, através de email registado com o n.º 852 de 03/04/2019 a constituição como interessada da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, tendo sido realizadas reuniões de trabalho para elaboração e negociação do projeto de

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos. _____

E que ao abrigo do disposto no n.º 1 e da alínea d) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, “*tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento*”, podendo “*não proceder à audiência quando: os interessados já se tenham pronunciado no procedimento sobre as questões que importam à decisão*”. _____

Assim, findo o período de participação procedimental e considerando a constituição como interessada da Associação de Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos e a sua participação ativa na elaboração do projeto de regulamento, cumpre à Câmara Municipal aprovar em definitivo o projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Nestes termos, PROponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1- Dispensar a realização de audiência de interessados, nos termos do n.º 1 e da alínea d) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo. _____

2- Aprovar o projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos (em anexo) nos termos da alínea k) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

3- Submeter o projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos (em anexo) à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4- Posteriormente proceder à publicação do regulamento em Diário da República” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este assunto apresentou uma Declaração de Voto que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Declaração de voto

Na sequência da aprovação do deliberado na reunião de câmara de 25 de março, último, vem hoje a esta reunião de câmara a proposta de deliberação nº 41/2019 para aprovação do Projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Esta é mais uma etapa, desde que na reunião de câmara de 9 de maio de 2018, já, lá vai um ano, apresentámos uma proposta para a criação deste regulamento de forma a que os nossos Bombeiros possam usufruir de um conjunto de benefícios pelo contributo que prestam diariamente à população. _____

O PSD deu em sede própria e no dia 9 de maio de 2018 o seu contributo apresentando, por escrito, nessa reunião, um conjunto de medidas que poderiam vir a integrar um futuro regulamento que agora chega com um ano de atraso, mas mais vale tarde do que nunca. _____

Os Bombeiros Voluntários são a expressão mais evidente deste valor universal que é o bem-fazer, que privilegia o coletivo em detrimento do individual. Neste sentido a ação dos Bombeiros Voluntários deve ser credora do incondicional reconhecimento da comunidade e das suas instituições esperando que este regulamento pensado com a intervenção ativa da sua Associação possa não só reconhecer o trabalho meritório dos nossos Bombeiros, bem como incentivá-los à permanência nos quadros da nossa corporação e motivar a adesão de novos homens e mulheres a esta nobre causa. _____

O PSD vota favoravelmente o Projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, no seguimento do que já deixou vertido na ata da reunião anterior sobre este assunto, voltou a referir que estão a dar seguimento ao que se propuseram quando apresentaram o seu programa eleitoral, e se comprometeram a atribuir os justos benefícios aos Bombeiros, disso dando conhecimento aquando das comemorações do aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários em 2018, lamentando mais uma vez que o PSD ande a reboque tentando colar-se às iniciativas tomadas pela maioria do Executivo. Também voltou a elogiar o procedimento do atual Presidente dos Bombeiros, que após a sua tomada de posse, deu prioridade a este assunto. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, disse que quem se colou foi a maioria do Executivo e não o contrário, não valendo a pena puxar as paternidades. Lembrou o Sr. Presidente que o atual Presidente dos Bombeiros era seu Vice-Presidente na altura, que além de seu amigo reconhece o seu profissionalismo, adiantando que muito trabalho foi feito e bem feito, várias propostas foram efetuadas e expostas em algumas reuniões, estando expresso e assinado, adiantando que, se o Sr. Presidente quiser pode-lhe fazer chegar. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, disse que enquanto o Sr. Vereador foi Presidente dos Bombeiros Voluntários, nunca lhe fez chegar nenhum pedido nesse sentido. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a Proposta de Deliberação n.º 41/2019, dispensando a realização de audiência de interessados, nos termos do n.º 1 e da alínea d) do n.º 3 do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovando o projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos nos termos da alínea k) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Mais deliberou submeter o projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos à aprovação da Assembleia Municipal nos termos das alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

O referido Regulamento fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

4.4 LINHA BEI PT 2020|AUTARQUIAS – OPERAÇÃO “COMPLEXO EMPRESARIAL SONUMA” – CENTRO-02-0853-FEDER-000003_00041 (COD.LINHA BEI): Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 35/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 35/ 2019:

“Considerando que: _____

No âmbito do PORTUGAL 2020 foi disponibilizado via Despacho n.º 6323-A/2018 publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 123 de 28 de junho de 2018, a Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020, que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito do Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não participada do investimento. _____

O Município de Figueiró dos Vinhos, no cumprimento da deliberação de câmara de 09.01.2019 submeteu à Agência para a Coesão & Desenvolvimento o processo referente à operação “Complexo Empresarial SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003 aprovada pelo CENTRO 2020. _____

De acordo com a documentação anexa, a candidatura CENTRO-02-0853-FEDER-000003_00041 (Cod. BEI) foi aprovada pela Agência para a Coesão & Desenvolvimento – PORTUGAL2020 nos termos constantes do

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

respetivo Contrato de Financiamento que prevê a concessão de um financiamento de 343.488,31 euros, por um período normalizado de reembolso do financiamento até 15 anos no total (2 de carência + 13 de amortização).

Nestes termos, _____

Proponho que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação do Contrato de Financiamento da candidatura “Linha BEI PT 2020 - Complexo Empresarial SONUMA”- CENTRO-02-0853-FEDER-000003_00041 (Cod. BEI) pelo montante de 343.488,31 euros e demais condições, designadamente o plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização) e um valor de juros contratuais de 1.276,07 euros, conforme simulação que foi remetida aprovada pela Agência para a Coesão & Desenvolvimento em anexo ao Contrato de Financiamento, remetendo-se o respetivo contrato à Assembleia Municipal para aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas para Emissão de Visto”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, sobre este assunto apresentou uma Declaração de Voto que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Declaração de Voto

Vem a esta reunião de câmara, para aprovação, a proposta de deliberação nº 35/2019 que em síntese e na prática propõe que a Câmara Municipal contraia um empréstimo para pagar a parte que lhe cabe (343.488,31 euros) das obras do Complexo Empresarial Sonuma por um prazo de 15 anos (2 anos de carência + 13 anos de amortização). _____

É a segunda vez que o executivo PS apresenta uma proposta de empréstimo a 15 anos. Já o fez na reunião de câmara de 12 de setembro de 2018 com o Vale da Pipa (122.821,31 euros) e fá-lo agora com a Sonuma.

Vale a pena, mais uma vez, lembrar que o PS tem um histórico nesta matéria. O Partido Socialista tem no passado recente, na Assembleia Municipal e na Câmara, tomado posições contrárias a empréstimos com prazos longos. Na Assembleia Municipal, com executivos PSD, o PS sempre se manifestou, votando contra, os empréstimos por prazos mais longos, argumentando que não se devia fazer dívida para os vindouros pagarem.

Na Câmara e aquando da contratação do empréstimo para o Saneamento Financeiro, o Vereador socialista Jorge Abreu inviabilizou uma proposta, apresentada pelo executivo PSD da altura, de um empréstimo por doze anos com o argumento de que o tempo era muito longo e que o empréstimo deveria ser pago por quem o contraiu e no tempo previsto de exercício de funções. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

É, pois, com espanto que assistimos à sua segunda pirueta de 360 graus nesta matéria. O que era mau nos anteriores mandatos é agora bom. Na altura o pagamento do empréstimo tinha de ser feito por quem o contraiu, agora pode ser adiado para as calendas gregas e outros que o paguem. _____

Esta proposta é, pois, de uma incoerência gritante, mas para o PS tem os seus méritos. Cumpre os objetivos de curto prazo, isto é: serve a propaganda para dizer que fez obra; serve a inauguração com pompa e circunstância e serve a esperança de tentar ganhar algum dividendo político com isso. Serve tudo isto, mas omite que é uma dívida que se deixa para as gerações seguintes pagarem. Realmente, é obra. _____

A posição do PSD relativamente a esta matéria é simples e clara. Reprovamos e distinguimo-nos claramente desta forma de estar incoerente e contraditória. Não faremos aquilo que o PS fez no passado recente por mero tacticismo político prejudicando com isso o Município e os Figueiroenses. Consideramos que sendo o financiamento uma opção a considerar não seremos nós a inviabilizar o financiamento, mas tem de ser o Partido Socialista a assumir a sua própria incoerência e a opção de continuar a deixar dívida e uma herança que onera os mandatos e as gerações futuras. _____

A nossa maneira de ser e de estar na política é diferente. Primeiro Figueiró dos Vinhos. Primeiro as Pessoas. Viabilizaremos, assim, com a nossa abstenção a proposta agora apresentada, mostrando com isso o quanto nos distanciamos dos tacticismos políticos que tanto prejudicaram e prejudicam o nosso concelho e as suas gentes. Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

A Câmara Municipal, deliberou por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e do Movimento Figueiró Independente e uma abstenção do Sr. Vereador da Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, proceder em conformidade com a mesma, aprovando o Contrato de Financiamento da candidatura “Linha BEI PT 2020 - Complexo Empresarial SONUMA”- CENTRO-02-0853-FEDER-000003_00041 (Cod. BEI) pelo montante de 343.488,31 euros (trezentos e quarenta e três mil quatrocentos e oitenta e oito euros e trinta e um centimos) e demais condições, designadamente o plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização) e um valor de juros contratuais de 1.276,07 euros (mil duzentos e setenta e seis euros e sete centimos), conforme simulação que foi remetida aprovada pela Agência para a Coesão & Desenvolvimento em anexo ao Contrato de Financiamento. _____

Mais deliberou submeter o respetivo contrato à Assembleia Municipal para aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas para Emissão de Visto. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

4.5 CONCURSO PÚBLICO “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA ALDEIA ANA DE AVIZ” – RELATÓRIO FINAL: Presente o Relatório Final do Concurso Público referenciado em epígrafe: _____

“Relatório Final

[artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos]

Concurso Público

Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz

Anúncio de Procedimento n.º 2156/2019

O presente procedimento, do tipo concurso público, realizou-se na sequência de deliberação da Câmara Municipal realizada a 13 de fevereiro de 2019 e autorização da Assembleia Municipal datada de 22 de fevereiro de 2019. Nessa sequência, o Município de Figueiró dos Vinhos promoveu em 01 de março de 2019 a publicitação, na II Série do Diário da República número 43 - Parte L - Contratos Públicos, do anúncio de procedimento n.º 2156/2019 e no site da Câmara Municipal, procedendo dessa forma à abertura do concurso público para “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz”, com um preço mensal fixo de 300,00 euros a que acresce IVA à taxa legal, a pagar nos meses de junho, julho, agosto e setembro, fixando-se como critério de adjudicação, o da proposta economicamente mais vantajosa e prazo de 15 dias para apresentação de propostas. _____

A 26 de março de 2019, reuniu na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Júri do procedimento, para apreciação das propostas e elaboração do relatório preliminar, documento remetido aos interessados para efeitos de audiência prévia na mesma data. _____

A 04 de abril de 2019, reuniu na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Júri do procedimento, para elaboração do presente Relatório Final. _____

Decorrida a audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, período que decorreu até ao dia 02 de abril de 2019, constata-se que não foram efetuadas quaisquer observações pelos concorrentes. _____

Face ao exposto e verificadas as condições gerais subjacentes ao presente procedimento, nomeadamente as constantes do Programa de Concurso, analisadas as propostas apresentadas, e de acordo com as conclusões constantes do Relatório Preliminar, propõe-se a adjudicação à empresa MODERNA DO MANEL – PADARIA E PASTELARIA, UNIPESSOAL, LDA, visto tratar-se do concorrente que apresentou a proposta que obteve a melhor classificação em sede de análise de propostas. _____

Mais se propõe que, caso se verifique a intenção de adjudicar, se solicitem os documentos de habilitação previstos no Programa de Concurso, designadamente certidão de registo criminal de cada sócio-gerente, certidão de não dívida à segurança social e de não dívida à fazenda nacional, ou prestação dos respetivos

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

consentimentos para efeitos de consulta para cada situação via internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril, bem como deverá ser solicitado para junção ao processo, garantia bancária nos termos descritos no Programa de Concurso, em conformidade com as disposições do artigo 90.º do CCP.

Nos termos do n.º 3 do artigo 148.º do CCP, remete-se o presente Relatório conjuntamente com os demais elementos que compõem o processo de concurso à reunião do órgão executivo do Município de Figueiró dos Vinhos, visto que é este o órgão competente para a decisão de contratar. _____

Assim, deverá o órgão competente para decisão de contratar, decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final para efeitos de adjudicação, de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo e diploma”.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, sobre este assunto apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz

Ao longo dos anos e sempre que se coloca a questão de concessionar os espaços públicos do Município que temos vindo a chamar a atenção para a especificidade desta matéria e que aqui relembramos, muito resumidamente, mais uma vez. _____

Consideramos que a solução de futuro e viável para os espaços públicos do Município como este, deve passar sempre por um empenhamento muito forte da Câmara Municipal. _____

Somos dos que pensam que a Câmara Municipal não tem vocação para gerir estes espaços, mas já que os tem, tem de saber o que quer fazer com eles. Se são meros locais comerciais ou se, propriedade da autarquia, podem e devem ser potenciados e integrados numa política mais abrangente de promoção do concelho. ____

Cada um entregue aos concessionários e nenhum deles integrado num fio condutor de uma política de promoção turística e cultural, das freguesias e do Concelho que deveria ser diferenciadora que dê lugar ao aparecimento de novos destinos e de novos visitantes. _____

Para o PSD não basta concessionar um bar/restaurante e depois lavar as mãos. Não! A concessão destes espaços deveria inserir-se numa estratégia mais alargada de dinamização da Freguesia de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, como um todo, do concelho e da região. _____

Ao novo concessionário desejamos as maiores felicidades. Oxalá a sua permanência possa resultar num caminho diferente, melhor e mais duradouro. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

A **Câmara Municipal**, deliberou por unanimidade aprovar o Relatório Final do Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz. _____

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás**, não participou na votação e discussão deste assunto por fazer parte da Composição do Júri de Concurso, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

4.6 CONCURSO PÚBLICO “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA ALDEIA DE ANA DE AVIZ” – PROCEDIMENTO N.º 01CPC19” – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Minuta do Contrato de Concessão do Concurso Público referenciado em epígrafe. _____

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

“ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA ALDEIA ANA DE AVIZ”

VALOR: 6.000,00 € + IVA

----- Aos x dias do mês de x do ano 2019, nesta Vila de Figueiró dos Vinhos, Edifício dos Paços do Município, perante mim (identificação do Oficial Público) por designação da Vice-Presidente de Câmara conforme despacho n.º 23 datado 20 de outubro de 2017, compareceram como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: Jorge Manuel Fernandes de Abreu**, casado, natural da Freguesia e Concelho de Figueiró dos Vinhos, com domicílio profissional neste Edifício, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em representação do Município e no uso da competência que lhe é conferida na alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pessoa colectiva de direito público número 506546381. -----

----- **SEGUNDO: Susana Almeida Félix**, Viúva, natural da freguesia de _____ e concelho de _____, residente em Rua do Areal, n.º 101, 3260 - 403 Figueiró dos Vinhos, portador do Cartão do Cidadão número 11175071 7ZY2, contribuinte fiscal número 211356867, a qual outorga como legítima representante, da empresa **Moderna do Manel, Padaria e Pastelaria, Unipessoal, Lda**, com sede na Rua Major Neutel de Abreu, n.º 155 – R/C Direito, 3260 -427 Figueiró dos Vinhos, pessoa coletiva número 514954728, com um

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

capital social realizado de cinco mil euros, conforme verifiquei pela certidão permanente, sob código de acesso n.º 6554-3746-4861. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes, a do primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e a do segundo pela apresentação do respetivo Cartão de Cidadão. -----

----- Do meu conhecimento direto, são também a qualidade que se arroga o primeiro outorgante, bem como os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, sendo a qualidade e os poderes do segundo outorgante, que legitimam a sua intervenção neste ato verificados pela certidão permanente, obtida através do Código de Acesso n.º 6554-3746-4861. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:** - Que, em nome da sua representada e de harmonia com deliberação de Câmara Municipal datada de 13 de fevereiro de 2019 e de Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2019, foi determinado proceder à abertura de concurso público com publicação no Diário da República, II Série, Parte L, n.º 43 de 01 de março de 2019, anúncio de procedimento n.º 2156/2019 e publicação no site da Câmara Municipal, para apresentação de proposta para “**Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz**”. -----

----- Que realizado o concurso com observância das formalidades legais, determinou a deliberação de Câmara de 10 de abril de 2019, adjudicar definitivamente a referida concessão, com base no Relatório Final elaborado pelo Júri do Procedimento datado de 04 de abril de 2019, à representada do Segundo Outorgante, **Moderna do Manel, Padaria e Pastelaria, Unipessoal, Lda**, com sede na Rua Major Neutel de Abreu, n.º 155 – R/C Direito, 3260 -427 Figueiró dos Vinhos, pessoa coletiva número 514954728. -----

----- Que, em cumprimento de tal deliberação do Órgão Executivo, e depois de aprovada a minuta do contrato por deliberação datada de ____ de _____ do ano em curso, vem com o Segundo Outorgante celebrar o competente contrato, o que faz nos termos e segundo as cláusulas seguintes: -----

----- **PRIMEIRA:** Esta adjudicação compreende a “**Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz**”, de harmonia com o respetivo programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- **SEGUNDA:** O referido equipamento localiza-se em Aldeia Ana de Aviz, União de Freguesias de

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Figueiró dos Vinhos e Bairradas, Concelho de Figueiró dos Vinhos; -----

----- **TERCEIRA:** O preço contratual da concessão de exploração implica o pagamento mensal por parte de concessionário de um montante de **€ 300,00 (trezentos euros)**, ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, de acordo com a proposta apresentada pelo adjudicatário datada de 19 de março de 2019, observando as demais condições do programa de concurso e caderno de encargos; -----

---- **QUARTA:** O preço mensal a pagar pela concessão, corresponderá aos meses de junho, julho, agosto e setembro e deverá ser liquidado até ao oitavo dia de cada mês. Nos restantes meses do ano, a saber, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro, novembro e dezembro, será concedida isenção total do referido preço mensal a pagar pela concessão; -----

----- **QUINTA:** Que o prazo da presente concessão terá a duração de 24 meses, prorrogáveis por períodos de 12 meses, até ao limite máximo de 60 meses, a contar da data do presente contrato; -----

----- **SEXTA:** Para garantia da execução deste contrato, o adjudicatário apresentou _____ no valor de **€ 300,00 (trezentos euros)**, datada de ____ de _____ do ano em curso. -----

----- **PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:** Que aceita o presente contrato para a sua representada, nos termos exarados e nas demais condições inerentes, designadamente o programa de concurso e o caderno de encargos aprovados e a proposta apresentada. -----

----- **ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.** ----- Arquivo: -----

----- A) Exemplar do Alvará de Licença de Utilização, emitida pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, sob o número ____/____; -----

----- B) Planta de localização do imóvel; -----

----- C) Planta do edifício e de delimitação física da concessão; -----

----- D) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao DL 18/2008, de 29 de janeiro, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art. 81.º do mesmo diploma; -----

----- E): Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; -----

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

----- F): Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Direcção-Geral dos Impostos; -----

----- G): Registo criminal do sócio-gerente; -----

----- H): _____ no valor de € 300,00 (trezentos euros), datada de ____ de _____ do ano em curso. --

----- Este contrato, aprovado em minuta em reunião ordinária do órgão executivo aos ____ de _____ do ano de 2019, foi lido em voz alta e explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença simultânea de ambos os outorgantes, que vão comigo assinar. -----

O Oficial Público”

4.7 ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS:

4.7.1 – PROCESSO 02 – INOCÊNCIA DE JESUS NOGUEIRA: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 38/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o apoio financeiro a atribuir à munícipe, Inocência de Jesus Nogueira para a reabilitação da sua habitação, no montante total de 4.750,00 € (quatro mil setecentos e cinquenta euros) (isento de IVA), sujeito a apresentação de comprovativo da realização da despesa, aceitando a proposta apresentada pelo empreiteiro Nuno Rafael Construções, Unipessoal, Lda. _____

Proposta de Deliberação n.º 38/2019:

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal”; _____

Neste âmbito foi aprovado o regulamento municipal de apoio à recuperação das habitações degradadas, publicado em Diário da República – 2.ª série n.º 67 de 4 de abril de 2017, com entrada em vigor a 5 de abril de 2017; _____

Considerando o pedido de apoio dirigido à Autarquia pela munícipe Inocência de Jesus Nogueira, para





- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

reabilitação da sua habitação; _____

Considerando, ainda, que a respetiva dotação orçamental se encontra prevista no Orçamento da Autarquia para o ano de 2019, na rubrica orçamental 0102/080802 – código das GOP's 03-001-2018/5017-1; _____

Considerando a ata da reunião da comissão de análise realizada a 12 de outubro de 2018 em cumprimento do previsto nos artigos 10.º a 13.º do regulamento supracitado, e a correspondente proposta de intervenção transcrita e apresentada na proposta de deliberação n.º 110/2018, de 07/12/2018, aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal realizada a 12/12/2018; _____

Considerando, agora, a ata da reunião da comissão de análise realizada a 04 de abril de 2019, e a referência aos elementos nela em análise: _____

-  Ata da reunião de Câmara Municipal de 12.12.2018; _____
-  O ofício enviado à interessada sob o n.º 55 a 14.01.2019, notificando-a do deferimento do processo inicial onde consta a sugestão das obras de conservação e sua priorização, de audiência prévia e para apresentação de três propostas de orçamentos dos trabalhos correspondentes às obras a realizar;
-  Os documentos entregues pela interessada via email pela junta de freguesia de Aguda em resposta ao N/ ofício com entrada nos serviços municipais sob o n.º 539, no dia 01.03.2019, onde solicita que lhe seja concedido o apoio e com as três propostas de orçamentos anexas; _____
-  O email enviado pela junta de freguesia de Aguda a pedido da interessada a atestar que os materiais são doados (fábrica da igreja de Aguda, grupo das Janeiras da Capela de Almofala de Baixo e outros) e que as propostas dos orçamentos apenas se referem à mão de obra dos trabalhos. _____

E ainda, a conclusão da comissão de análise, que abaixo de transcreve: _____

“Efetuada a análise dos documentos entregues e das propostas dos orçamentos...onde constam os trabalhos a realizar por priorização e para a execução das obras de conservação de acordo com o sugerido por esta Câmara Municipal, verifica-se que, a execução da totalidade dos mesmos fica em 4.750,00€ reportando-se apenas em mão de obra, aceitando-se assim a proposta de: _____


- Empreiteiro: Nuno Rafael Construções, Unipessoal, Lda – Inscrito no IMPIC sob o n.º 110974 PUB.

- Valor da proposta – 4.750,00€ isento de IVA. _____

Sugere-se então que a Câmara Municipal conceda o valor de 4.750,00€ isento de IVA, respeitante à totalidade do apoio referido para a execução em mão de obra dos trabalhos discriminados no orçamento.”

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Nestes termos **PROPONHO**, no âmbito das atribuições e competências do Município, e em cumprimento do preceituado no artigo 12.º do regulamento acima mencionado, **que a Câmara Municipal delibere:** _____

 **Aprovar o apoio financeiro a atribuir à munícipe, Inocência de Jesus Nogueira para a reabilitação da s/ habitação, no montante total de 4.750,00 € (isento de IVA), sujeito a apresentação de comprovativo da realização da despesa, aceitando a proposta apresentada pelo empreiteiro Nuno Rafael Construções, Unipessoal, Lda".** _____

4.7.2 – PROCESSO 03 – JOSÉ FURTADO DA SILVA: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 39/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o apoio financeiro a atribuir ao munícipe, José Furtado da Silva para a reabilitação da s/ habitação, no montante total de 6.150,00€ (seis mil cento e cinquenta euros) (com IVA incluído), sujeito a apresentação de comprovativo da realização da despesa, aceitando a proposta apresentada pelo empreiteiro Carlos e Nuno Baião Construções Lda. _____

Proposta de Deliberação n.º 39/2019:

“Nos termos e para os efeitos previstos na alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal”; _____

Neste âmbito foi aprovado o regulamento municipal de apoio à recuperação das habitações degradadas, publicado em Diário da República – 2.ª série n.º 67 de 4 de abril de 2017, com entrada em vigor a 5 de abril de 2017; _____




Considerando o pedido de apoio dirigido à Autarquia pelo munícipe José Furtado da Silva, para reabilitação da sua habitação; _____

Considerando, ainda, que a respetiva dotação orçamental se encontra prevista no Orçamento da Autarquia para o ano de 2019, na rubrica orçamental 0102/080802 – código das GOP's 03-001-2018/5017-1; _____

Considerando a ata da reunião da comissão de análise realizada a 12 de outubro de 2018 em cumprimento do previsto nos artigos 10.º a 13.º do regulamento supracitado, e a correspondente proposta de intervenção transcrita e apresentada na proposta de deliberação n.º 111/2018, de 07/12/2018, aprovada por unanimidade

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

em reunião da Câmara Municipal realizada a 12/12/2018; _____
Considerando, agora, a ata da reunião da comissão de análise realizada a 04 de abril de 2019, e a referência aos elementos nela em análise: _____

-  A ata da reunião de Câmara Municipal de 12.12.2018; _____
-  O ofício enviado ao interessado sob o n.º 57 a 14.01.2019, notificando-o do deferimento do processo inicial onde consta a sugestão das obras de conservação e sua priorização, de audiência prévia e para apresentação de três propostas de orçamentos dos trabalhos correspondentes às obras a realizar; _____
-  Os documentos entregues pelo interessado em resposta ao N/ ofício com entrada nos serviços municipais sob os n.ºs 304 a 306, no dia 13.03.2019, nomeadamente, as três propostas de orçamentos e carta onde solicita que lhe seja concedido o apoio (...) assumindo o pagamento do valor relativo ao IVA (...). _____

E ainda, a conclusão da comissão de análise, que abaixo de transcreve: _____

“Efetuada a análise dos documentos entregues e das propostas dos orçamentos... onde constam os trabalhos a realizar por priorização e para a execução das obras de conservação de acordo com o sugerido por esta Câmara Municipal, verifica-se que a execução da totalidade dos mesmos fica em 5.000,00€+IVA e que o interessado pretende efetuar todas as obras de conservação sugeridas pela Câmara Municipal e assumindo o pagamento do IVA respetivo, aceitando-se assim a proposta de: _____

- Empreiteiro: Carlos e Nuno Baião Construções Lda – Inscrito no IMPIC sob o n.º 46990; _____

- Valor da proposta – 5.000,00€ mais IVA à taxa aplicável. _____

*Sugere-se então que a Câmara Municipal **conceda o valor de 6.150,00€ com IVA incluído**, respeitante à totalidade do apoio referido para a execução dos trabalhos descritos no orçamento.” _____*

Nestes termos **PROPONHO**, no âmbito das atribuições e competências do Município, e em cumprimento do preceituado no artigo 12.º do regulamento acima mencionado, **que a Câmara Municipal delibere:** _____

 **Aprovar o apoio financeiro a atribuir ao munícipe, José Furtado da Silva para a reabilitação da**

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

s/ habitação, no montante total de 6.150,00€ (com IVA incluído), sujeito a apresentação de comprovativo da realização da despesa, **aceitando a proposta apresentada pelo empreiteiro Carlos e Nuno Baião Construções Lda**". _____

4.7.3 – PROCESSO 05 – MANUEL DEMÉTRIO LEITÃO DOS SANTOS: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 40/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o apoio financeiro a atribuir ao munícipe, Manuel Demétrio Leitão dos Santos para a reabilitação da sua habitação, no montante total de 5.399,70 € (cinco mil trezentos e noventa e nove euros e setenta centavos) (com IVA incluído), sujeito a apresentação de comprovativo da realização da despesa, aceitando a proposta apresentada pelo empreiteiro Manuel da Conceição Ventura.

Proposta de Deliberação n.º 40/2019:

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal”; ____

Neste âmbito foi aprovado o regulamento municipal de apoio à recuperação das habitações degradadas, publicado em Diário da República – 2.ª série n.º 67 de 4 de abril de 2017, com entrada em vigor a 5 de abril de 2017; _____

Considerando o pedido de apoio dirigido à Autarquia pelo munícipe Manuel Demétrio Leitão dos Santos, para reabilitação da sua habitação; _____

Considerando, ainda, que a respetiva dotação orçamental se encontra prevista no Orçamento da Autarquia para o ano de 2019, na rubrica orçamental 0102/080802 – código das GOP's 03-001-2018/5017-1; _____


Considerando a ata da reunião da comissão de análise realizada a 12 de outubro de 2018 em cumprimento do previsto nos artigos 10.º a 13.º do regulamento supracitado, e a correspondente proposta de intervenção transcrita e apresentada na proposta de deliberação n.º 113/2018, de 07/12/2018, aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal realizada a 12/12/2018; _____


Considerando, agora, a ata da reunião da comissão de análise realizada a 04 de abril de 2019, e a referência aos elementos nela em análise: _____



Ata da reunião de Câmara Municipal de 12.12.2018; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

 O ofício enviado ao interessado sob o n.º 58 a 14.01.2019, notificando-o do deferimento do processo inicial onde consta a sugestão das obras de conservação e sua priorização, de audiência prévia e para apresentação de três propostas de orçamentos dos trabalhos correspondentes às obras a realizar; _____

 Os documentos entregues pelo interessado em resposta ao N/ ofício com entrada nos serviços municipais sob o n.º 409 no dia 04.04.2019, com as três propostas de orçamentos e onde solicita que lhe seja concedido o apoio e com a permissão de adjudicar os trabalhos relativos aos pontos 1, 2, 5 e 7 no valor de 4.932,30€ com IVA incluído, respeitante à proposta mais baixa de *Manuel da Conceição Ventura*, alterando a ordem de priorização dos trabalhos respeitantes às obras de conservação sugeridas pela Câmara Municipal. _____

E ainda, a conclusão da comissão de análise, que abaixo de transcreve: _____

“Efetuada a análise dos documentos entregues e das propostas dos orçamentos... onde constam os trabalhos a realizar por priorização e para a execução das obras de conservação de acordo com o sugerido por esta Câmara Municipal, verifica-se que a proposta mais favorável é a de: _____

- Empreiteiro: Manuel da Conceição Ventura – Inscrito no IMPIC sob o n.º 73478; _____

- Valor da proposta – 10.300,00€ mais IVA à taxa aplicável. _____


Não há inconveniente na aceitação da proposta do interessado nomeadamente de adjudicar os trabalhos relativos aos pontos 1, 2, 4, 5 e 7 no valor de 4.390,00€ mais IVA à taxa aplicável, alterando a ordem de priorização dos trabalhos respeitantes às obras de conservação sugeridas pela Câmara Municipal, porque a exclusão dos pontos 3 e 6 não prejudicam as condições de habitabilidade e acessibilidades. _____

Sugere-se então que a Câmara Municipal conceda o valor de 5.399,70€ com IVA incluído, respeitante à totalidade do apoio referido para a execução dos trabalhos discriminados no orçamento (pontos 1, 2, 4, 5 e 7).” _____

Nestes termos **PROPONHO**, no âmbito das atribuições e competências do Município, e em cumprimento do

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

preceituado no artigo 12.º do regulamento acima mencionado, **que a Câmara Municipal delibere:** _____

-  **Aprovar o apoio financeiro a atribuir ao munícipe, Manuel Demétrio Leitão dos Santos para a reabilitação da s/ habitação, no montante total de 5.399,70 € (com IVA incluído), sujeito a apresentação de comprovativo da realização da despesa, aceitando a proposta apresentada pelo empreiteiro *Manuel da Conceição Ventura*”.** _____

4.8 RELATÓRIO DE INVENTÁRIO E CADASTRO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

DE 2018: O Senhor Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, no que diz respeito a este ponto, referiu ser um documento eminentemente técnico, que demonstra a situação atual do património do Município sendo contudo um trabalho dinâmico em permanente atualização, apresentando os parabéns ao Sr. Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Financeira Dr. Vítor Duarte e os restantes trabalhadores daquela unidade orgânica, pelo empenho, dedicação e rigor na elaboração dos documentos apresentados. _____

Tanto o Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva da Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, e o Senhor Vereador Doutor Carlos Lopes do Movimento Figueiró Independente, reservaram-se para falar no ponto seguinte (Prestação de Contas), no entanto manifestaram o seu sentido de voto neste ponto que é favorável. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Inventário e Cadastro Patrimonial do Exercício de 2018, submetendo o mesmo à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação nos termos da alínea 1) número 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.9 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018: O Sr. Presidente da Câmara

Municipal, Jorge Abreu, iniciou a sua intervenção fazendo uma abordagem à evolução da dívida e à influência das obras em curso decorrentes dos acontecimentos de junho de 2017, têm na sua análise e variação, constituindo ainda uma forte condicionante à execução do orçamento de ano de 2018. Concretizando e sobre esta matéria, referiu que do montante global apurado de dívida total de 4.822.366,52 euros, encontram-se identificados cerca de 1.080.725 euros relacionados com trabalhos de recuperação de infraestruturas pós-incêndios. Continuou, referindo ainda no respeito à dívida, não fosse a catástrofe que assolou o concelho e a

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

região, a tendência e recuperação financeira estaria muito próxima da tendência que se tem verificado nos últimos exercícios, para qual apontaria numa dívida total pouco acima dos 3.740.000 euros, o que representaria uma redução próxima dos 670.000 euros. _____

Quanto ao cumprimento do plano de saneamento financeiro referiu que, pese embora o regime de exclusão vigente face ao cumprimento do artigo 97.º da lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro e da proposta de suspensão da sua aplicação aprovada pela Assembleia Municipal, constatou-se uma amortização global de empréstimos que representou, incluindo os daquele plano, um total de encargos suportado em 2018 de 1.025.838,36 euros.

Analisando a dívida a fornecedores e à semelhança do já anteriormente referido, o aumento resulta em grande medida do volume de obra em curso de recuperação de infraestruturas municipais e de outras intervenções realizadas com recurso a fundos próprios do município, grande parte deles entretanto já liquidados. Referiu ainda que face ao endividamento apurado, constata-se um aumento da capacidade de endividamento do município, o que permite a manutenção da suspensão do plano de saneamento financeiro para 2019. ____

Quanto ao controlo da despesa, e em concreto no respeito às despesas com pessoal, verifica-se neste caso, face ao ano de 2017, um aumento na ordem dos 3%, que em grande medida resultam do descongelamento de carreiras e da integração de 38 trabalhadores no âmbito do programa de regularização de vínculos precários. Continuou, referindo que apesar destas alterações que decorrem da lei, ainda assim, se verifica que este tipo de despesa se mantém 6% abaixo dos valores apurados comparativamente com o ano de 2013. Ainda assim, destacou as limitações decorrentes das despesas desta natureza, às quais se somarem os encargos com amortização e juros de empréstimos, representam 57,07% da receita total, sobrando apenas cerca de 43% para fazer face aos restantes fornecimentos e serviços externos, como sejam a eletricidade, os combustíveis, a água, os seguros, as comunicações, os transportes escolares, a iluminação pública, o tratamento de resíduos sólidos urbanos, o tratamento de efluentes, entre outros. _____

Quanto à análise à receita municipal, referiu estarmos perante ligeiras variações face à execução de ano de 2017, que no caso o IMI se verificou, apesar da manutenção da taxa, um aumento de 17.886 euros, na participação no IRS, uma redução em cerca de 16.000 euros, sendo que neste caso se verificou uma redução de taxa em 1%, assentando-se por força do orçamento de estado para 2018 a um aumento das transferências via FEF em cerca de 51.000 euros. Continuou, referindo que contudo e conforme atrás se aludiu, sobre o aparente acréscimo de receita, se assistiu a um grande esforço orçamental de amortização de juros e empréstimos de 1.025.838,36 euros a que acresce a ainda contribuição para o FAM de 39.892 euros. _____

Deixou ainda uma nota relativa à estratégia de investimento, para além da componente já atrás referida relativa

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

à recuperação de infraestruturas municipais, assistiu-se, pese embora o apertado controlo da despesa, à concretização de diversas intervenções de relevo, nomeadamente através da continuidade da oferta dos cadernos de atividades / fichas de trabalho a todos os alunos que frequentam os 1.º e 2.º ciclo do ensino básico das escolas do concelho de Figueiró dos Vinhos, que beneficiou 207 alunos, constituindo um investimento que ascendeu a 7.912,21 euros, a conclusão da reabilitação e apetrechamento dos edifícios pré-escolares e do ensino básico, seja na realização de obras de reabilitação, seja na aquisição de mobiliário, equipamento informático, quadros interativos e material desportivo, apoiado pelo CENTRO2020, num investimento que ascende a 286.477,87 euros, a conclusão da obra de requalificação da envolvente ao Parque Desportivo Municipal que transformou por completo aquela zona da Vila, o atual “Parque do Vale da Pipa”, com um impacto muito positivo ao nível do urbanismo, lazer e desporto entre outros, apoiado pelo CENTRO2020, um investimento de 786.746,74 euros, a execução do projeto de Valorização Cultural, centrado na Obra de Reabilitação e Restauro de Património da Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos, apoiado igualmente pelo CENTRO2020, uma efetiva valorização turística do concelho, num investimento de 98.548,09 euros, a continuação das “Ações de prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras”, apoiado pelo POSEUR, num investimento de 39.577,58 euros, a aquisição de equipamento informático e infraestruturas de comunicações – cloud@cimrl, num investimento de 91.920,54 euros, a elaboração do projeto de “Complexo Empresarial Sonuma”, apoiado pelo CENTRO2020, num investimento de 23.923,50 euros, a contratualização do acompanhamento de arqueologia da obra de Reabilitação e Restauro de Património – Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos, num investimento de 7.134,00 euros, a elaboração do Projeto para Implementação de Passadiço em Casal de S. Simão, num investimento de 8.733,00 euros, a elaboração do Projeto para Implementação de Passadiço junto à Ermida de S. Simão”, num investimento de 7.872,00 euros, a contratualização da Fiscalização da Empreitada “Complexo Empresarial Sonuma”, num investimento de 39.360,00 euros, a contratualização de serviços de Terapia da fala, para o período de 2018/2020, num investimento de 56.700,00 euros, no âmbito CENTRO-03-5266-FSE-000023 – Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar da componente/atividade “Criação de Equipas Multidisciplinares que assegurem respostas multinível de reforço no apoio aos alunos, a contratualização de aulas curriculares de programação informática no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular Ano Letivo 2018/2019, num investimento de 17.754,19 euros, a aquisição de viaturas para serviços gerais e para o serviço de águas e saneamento num investimento de 23.197,77 euros, a concretização das empreitadas da “Avenida Doutor Fernando Lacerda – Execução de infraestruturas de águas residuais, pluviais e ampliação e alteração da rede de abastecimento de água”, num investimento de 54.521,97 euros, da “Obra de Ampliação – Edifício da Helipista”, num investimento de 42.749,17 euros, do “Coletor de Águas Pluviais na Ribeira da Madre - Ribeira de São Pedro”, num investimento de 31.002,87 euros, da “Pavimentação da Av.ª Dr. Fernando Lacerda e Bairro St.º António”, num

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

investimento de 18.979,83 euros e início da construção do “Complexo Empresarial Sonuma”, num investimento de 1.267.407,37 euros. Acresce a abertura de procedimento para a elaboração do projeto “Reabilitação do Posto Aquícola de Campelo e Infraestruturas anexas” – PB: 34.800,00 euros, da Empreitada “Implantação de Passadiço em Casal de São Simão” - PB: 373.908,49 euros e a implementação do ALJIA – Plano de Gestão Integrada da Ribeira de Alge, designadamente por via da aprovação do Projeto CRER – Reabilitação do Posto Aquícola de Campelo pelo MAR2020. _____

Ainda neste âmbito, realizou uma abordagem por grandes objetivos à execução das Grandes Opções do Plano, que ascende a dois milhões de euros, excluindo as intervenções decorrentes da recuperação das infraestruturas municipais, a que acresce cerca de 650.000 euros em apoios concedidos às instituições, associações e juntas de freguesia do concelho. _____

Por último, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que para além da componente política deste documento, também tem forte componente técnica, de harmonia com o que foi realçado nas conclusões e recomendações do ROC, sobre o rigor, empenho e colaboração prestada pelos serviços técnicos, realçando as conclusões do relatório do revisor oficial de contas onde é referido que o relatório de gestão satisfaz os requisitos legais bem como constata a conformidade da informação financeira aí descrita face às demonstrações financeiras do exercício. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação ao Relatório do ROC, informou que recebeu o mesmo naquele dia no período da manhã, o qual foi lido na diagonal, não tendo tempo suficiente para analisar devidamente o mesmo, no entanto focou uma questão que o preocupa e que vem referido na página dezanove do Relatório de Conclusões e Recomendações, que no ano de 2018 o município de Figueiró dos Vinhos não cumpriu as metas orçamentais nas receitas tendo atingido uma execução de 67,93% abaixo do mínimo legal exigido de 85%.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, referiu que realmente não atingiram o valor de 85%, fazendo uma breve análise das taxas de execução dos anos anteriores, que durante dois anos seguidos tiveram obras do Quadro Comunitário, condicionante temporalmente a liquidação de receita e o atraso dos pagamentos da DREC, mas no entanto não deixámos de cumprir o equilíbrio corrente, porque não está dissociado do equilíbrio orçamental. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação às taxas de execução dos anos anteriores mencionadas pelo Sr. Presidente, referiu que entretanto as regras foram alteradas, a lei permite essa facilidade. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu depois das considerações proferidas, colocou à votação os documentos de Prestação de Contas do Executivo de 2018 que apresentam os seguintes valores:

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:		1.002.989,00
Execução Orçamental	943.202,36	
Operações de Tesouraria	59.786,64	
RECEITA:		10.073.670,21
Total das Receitas Orçamentais	9.423.036,44	
Operações de Tesouraria	650.633,77	
DESPESA:		11.009.322,22
Total das Despesas Orçamentais	10.354.368,87	
Operações de Tesouraria	654.953,35	
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:		67.336,99
Execução Orçamental	11.869,93	
Operações de Tesouraria	55.467,06	

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, deixou vertida a sua posição na **Declaração de Voto** que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Decorrente da imposição legal que o estabelece, pretende o Vereador eleito pelo Movimento Figueiró Independente deixar expressa a sua apreciação relativamente ao documento da Prestação de Contas relativa ao ano de 2018. _____

Desde logo, deixar registado que consideramos os presentes documentos bem organizados tecnicamente, cumprimentando por isso, os funcionários e o Sr. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, pretendendo destacar o zelo e a competência que colocaram na elaboração dos mesmos, compatibilizando-os com as regras definidas no POCAL e demais instrumentos legais. _____

Os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2018 cumprem os objetivos que lhes estão subjacentes, dando uma imagem fiel do património, da situação financeira, da execução do orçamento e do

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

resultado económico/patrimonial do Município, a que acresce a caracterização geral da entidade. _____

Daí que, a leitura a que procedemos seja fundamentalmente política, pretendendo nesta ocasião analisar as opções políticas que levaram o executivo municipal a orientar os recursos financeiros do município numa determinada direção. _____

Desde logo pretendemos deixar claro que os documentos em análise sustentam as opções políticas da atual maioria do executivo municipal, plasmadas nas GOP apresentadas oportunamente, numa lógica, que como se refere no Relatório, reflete uma linha de continuidade. Esta não é, por isso, a estratégia que na nossa perspetiva melhor serve os interesses do concelho, pelo que, quer nas eleições autárquicas de 2017, quer no momento da discussão das GOP para 2018 tivemos ocasião de propor um modelo alternativo para debelar os constrangimentos com que o concelho se debate. _____

Fica também claro que o exercício de 2018, tal como se reconhece na introdução do Relatório, ficou marcado pela execução física e financeira da reposição das infraestruturas destruídas pelos Incêndios de junho de 2017, em diversas rubricas que beneficiaram do apoio financeiro canalizado pelo Governo Central. _____

Num primeiro momento, pretendemos deixar expressa a nossa discordância relativamente ao empolamento que se atribui às despesas com Pessoal e ao seu peso em termos orçamentais. Lamentamos que se continue a entender o pessoal como uma despesa e não como um investimento na capacidade técnica e científica e na qualificação indispensável à prestação de um serviço público de qualidade. A este propósito, consideramos, ainda, que se tivesse sido outra a política de gestão da capacidade técnica e de trabalho do pessoal ao serviço da autarquia, muito se teria poupado em fornecimentos e aquisição de serviços externos. Por outro lado, considerando o impacto de mais 270 mil euros, no que se refere às despesas com pessoal face ao ano anterior, explicado pelo Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, devemos chamar a atenção, tal como fizemos no momento da aprovação de tal medida, que existem ainda cerca de trinta e seis situações que mantêm com o Município vínculo s precários (Programas do IEF, Avenças e AECs), a que devem ser dadas soluções mais estáveis a nível de vínculo laboral. _____

Em termos orçamentais registamos o aumento da receita no ano de 2018, para 9. 4211. 857,00 euros, muito à custa da subida das transferências de capital. _____

Por outro lado, assinalamos com apreensão que o montante de 4.948.932,74 euros referente à despesa de capital, significa pouco mais de 48% em relação à totalidade do montante da despesa total que se cifra em 10.354.368,67 euros. Assim, a despesa de capital destinada a investimento foi bastante diminuta em relação às necessidades do concelho e das suas populações. _____

Esta realidade é aliás confirmada pelo baixo grau de execução das GOP, que se cifra em pouco mais de 30%, tendo em conta o valor de execução anual das GOP de 4.271.269,00 euros, face ao valor global das GOP para 2018 que era de 17.146.829,00 euros. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Esta realidade da baixa taxa de execução das GOP fica patente quando analisamos as rubricas, em objetivos que deviam ser estratégicos na política de desenvolvimento do concelho. São disso exemplo, os 0,34% de execução no que respeita à Ação Social e Saúde; os 1% que foram destinados ao Saneamento e Salubridade; os 2,8% dispensados à Proteção Civil, e os residuais 3,6% dirigidos ao Desenvolvimento Económico e os 0% referentes à defesa do meio ambiente e desenvolvimento agrícola. _____

Ainda no que toca à questão orçamental, devemos assinalar a nossa preocupação com a degradação dos indicadores apresentados, em especial, aqueles que se reportam ao nível de endividamento, que continua a revelar-se elevado. Com efeito, somando os 1.595.785,24 euros de empréstimos bancários, com os 3.341.837,01 euros de dívidas a Terceiros, e, ainda, acrescentando os 271.114,65 euros em dívida à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e o valor de 135.649,27 euros de pagamentos em atraso atinge-se um total de 5.344.391,17 euros. Fica também claro, que a redução do valor da dívida referente a empréstimos que se vem registando decorre, tão só, do cumprimento das obrigações definidas no Plano de Saneamento Financeiro, desde 2011. Apesar dos valores apresentados nos documentos em apreciação, consideramos que o acumular de dívida não tem contrapartida, nem serviu para potenciar uma estratégia de desenvolvimento integrado do concelho, esquecendo a área do desenvolvimento económico e as áreas sociais, o que leva a que as populações vivam pior e com menor qualidade de vida. Tal realidade vem sendo confirmada no quotidiano das pessoas e das famílias figueiroenses, mas também, transparece na apreciação independente publicada em diversos estudos recentemente conhecidos. _____

Assumindo a nossa postura de oposição crítica, responsável e construtiva, e embora não nos consideremos vinculados às políticas seguidas, as quais se consubstanciaram nos números agora apresentados, e, porque não pretendemos contribuir para o extremar de posições e para a degradação do debate político local, tomamos o voto de **Abstenção** perante os Documentos da Prestação de Contas relativos ao Exercício de 2018. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019 _____

O Vereador Eleito pelo Movimento Figueiró Independente _____

Carlos Lopes” _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, deixou vertida a sua posição na **Declaração de Voto** que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Em 22 de Novembro de 2017 foi apresentado o orçamento do Município de Figueiró dos Vinhos e respetivos documentos previsionais para 2018. _____

Passado o ano, fechadas as contas é chegada a altura de fazer a avaliação do que foi prometido, do que foi

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

efetivamente realizado e fundamentalmente se o ano de 2018 respondeu maioritariamente aos anseios e às expetativas mais prementes dos Figueiroenses. _____

Assumimo-nos como oposição a uma maioria que não estava habituada a ser tão questionada. Assumimos a obrigação legal de fiscalizar todas as atividades da Câmara, por isso, também, assumimos que o nosso papel na oposição não se resume apenas a fazer de conta, a fazer críticas ou a denunciar problemas. _____

Exercemos um cargo. Não o ocupamos. E exercer o cargo implica exercer o dever de cidadania de questionar, de apoiar o que estiver bem e de recusar o que estiver mal. Exercer o cargo implica tudo isto e muito mais.

Exercer o cargo implica, também, não servir apenas como força política legitimadora de uma maioria, daí que ao longo de 2018 temos sido como oposição, proactivos e temos apresentado caminhos alternativos, propostas e soluções diferentes das atuais para garantir uma maior justiça social, mais emprego, mais progresso e maior desenvolvimento. Fazemo-lo porque entendemos que: _____

Oposição não é, ... ser do contra por ser do contra. _____

Oposição não é, ... entrar mudo e sair calado. _____

Oposição não é, ... não ter opinião acerca de nada. _____

Oposição não é, ... ter uma opinião diferente e não a expressar porque é chato, alguns não gostam e fica mal.

Não, oposição não é nada disto. _____

Ser oposição não é só ser e fazer diferente, é assumir essa diferença. Sem medo ou receio do que os outros possam pensar ou dizer. É honrar em sede própria essa diferença e os compromissos para com quem nos elegeu. Ser oposição é, também, mostrar que se é melhor e que se merece ser melhor. _____

Faz, pois, todo o sentido que perante os documentos que nos são apresentados e a realidade do concelho em que vivemos que façamos essa avaliação. Embora não constatemos a mudança que desejávamos e já lá vamos, dá-nos, também, a oportunidade de mostrar o que poderia ter sido feito e não foi e de lutar por essa mudança através da melhoria do diálogo e do reforço da proximidade entre a política e os Figueiroenses. _____

Mais do que debater estilos ou proclamações retóricas impõe-se, pois, um balanço da prática e da assertividade política deste executivo, tendo em conta o que foi prometido, as decisões tomadas e as suas consequências para o concelho e para os Figueiroenses. _____

Ao longo de 2018 apresentámos propostas sobre os mais variados temas e cobrimos todos os assuntos em que estiveram em causa a melhoria e a defesa dos interesses dos Figueiroenses e do Concelho, como a integração de precários, o apoio aos Bombeiros, proposta para a vinda da Florestgal, atribuição da Medalha de Honra do Município ao Sr. Presidente da República, o IMI ou o IRS em que fomos os únicos a defender a redução destes

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

impostos. _____

Se pouco foi acolhido, pouco ou nada foi concretizado. _____

A situação do concelho de pobreza, de desertificação, de baixo poder de compra e de desemprego obrigava à implementação de políticas e tomada de medidas estratégicas criando condições para a captação de novas empresas, criação de novos empregos e fixação de jovens no Concelho. _____

Mas nada disto aconteceu. _____

Ao debruçar-nos sobre os documentos apresentados verifica-se que: _____

Há intervenções que se vêm repetindo sistematicamente ano após ano como se fossem intervenções novas.

São apontadas até intervenções que não tiveram nenhuma execução no terreno em 2018, mas que são mencionadas para “encher” e, como vem sendo prática, deste executivo, voltaremos a vê-las por cá nos próximos documentos. _____

São apontadas intervenções que não passaram de meras intenções e sem qualquer concretização. _____

Realizaram-se no decurso do exercício de 2018, a aprovação e concretização de 18 modificações ao Orçamento, das quais 2 revisões e 16 alterações. Relativamente às Grandes Opções do Plano, concretizaram-se 14 alterações e 1 revisão. Alterações e revisões em grande número o que, naturalmente, conduz de forma artificial a determinados rácios (úteis para propaganda) que de outra forma não se obteriam tal o número elevado de modificações e alterações. _____

Na execução anual das Grandes Opções do Plano / versus realidade verifica-se que: _____

A Saúde, continua doente; _____

A Ação Social, não foi para além de metade do seria expectável; _____

O Desporto, ficou-se pela mera intenção; _____

A Cultura, nada de novo; _____

A Educação, regista-se o cumprimento estrito das competências previstas na Lei; _____

O Turismo, continua sem qualquer estratégia e ao sabor da evolução nacional; _____

O Comércio, zero; _____

O Desenvolvimento Económico e a criação de emprego, não se viu nada; _____

A Juventude, continua abandonada e sem soluções; _____

A Habitação e Urbanização, remeteu-se ao que já havia e com uma percentagem de execução ridiculamente baixa; _____

Saneamento e Salubridade, nada que fizesse a diferença; _____

A cooperação com as juntas de freguesia, foi a de sempre e não houve o rasgo de estabelecer protocolos que transferissem outras responsabilidades. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Se a dívida a instituições bancárias tem diminuído por força da obrigatoriedade de cumprir o Plano de Saneamento Financeiro por parte da Câmara, que termina este ano, a dívida a fornecedores de curto prazo, da exclusiva responsabilidade do executivo, aumentou. _____

Aumentou globalmente a dívida em relação a 2017 situando-se em 31 de dezembro de 2018 nos 4.908.096,00 euros. A dívida, no mesmo período, a fornecedores a curto prazo aumentou em mais de um milhão de euros e aumentaram, também, e substancialmente as transferências para a Associação Pinhais do Zêzere chegando mesmo a ultrapassar as duas centenas de milhares de euros. _____

Sem prejuízo de uma posterior análise atenta e mais profunda da certificação legal de contas que nos foi disponibilizada só hoje a meio da manhã pudemos constatar alguns dados preocupantes: _____

A Câmara Municipal não valorizou durante o ano de 2018 um conjunto significativo de bens do imobilizado que o Município ainda tem inventariado desconhecendo-se, por isso, o seu efeito nas demonstrações financeiras. _____

Verifica-se que o Município não cumpriu, em 2018, as metas orçamentais nas receitas tendo atingido uma execução de 67,93%, abaixo do mínimo legal exigido de 85%. Já a não cumpriu em 2017 o que resulta na aplicação do nº3 do art. 56 da lei 73/2013 de 3 de setembro e na obrigatoriedade de serem informados deste incumprimento em dois anos seguidos, entre outros, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais. _____

Verifica-se que existe uma diferença entre o nível de execução dos pagamentos 76,33% e o índice de realização ao nível da despesa que foi de 95,84% o que origina encargos assumidos e não pagos para o ano seguinte. O mesmo se verifica nos encargos assumidos e não pagos de 2018 que terão de ser pagos em anos posteriores. _____

Mas o ano de 2018 não se fica só por aquilo que atrás enumerámos. Vai mais além. Muito mais além. Chega aos 15 anos como é o caso do empréstimo para a envolvente do campo de futebol com uma dívida deixada por este executivo e que vai onerar os mandatos e as gerações futuras, mas para o PS tem os seus méritos. Cumpre os objetivos de curto prazo, isto é: serve a propaganda para dizer que se fez uma obra; serve a inauguração com pompa e circunstância e serve a esperança de tentar ganhar algum dividendo político com isso. Serve tudo isto, mas omite que é uma dívida que se deixa para as gerações seguintes pagarem. _____

Mas 2018 foi ainda fértil em outros casos que ficam como maus exemplos e ajudam a explicar o afastamento cada vez mais acentuado dos cidadãos para com a política e os políticos e que descredibiliza quem os faz.

O primeiro refere-se à novel propaganda do “aqui vai nascer no primeiro semestre de 2018” ficou-se pelas encolhas e a única coisa que ali nasceu no primeiro semestre foram ervas. _____

O segundo já se tornou um clássico e são os 300 hectares de terreno e os 100 postos de trabalho da Lusiaves,

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

que apesar de anunciados com pompa e circunstância não se concretizaram. _____

Ficam como dois maus exemplos do que senão deve fazer. _____

O ano de 2018 foi, por tudo isto, um ano mau em que não se inverteu a tendência negativa que tem vindo a ser seguida desde 2013. _____

O concelho está pobre, deserto e sem gente. _____

Em cada ano que passa há um novo concelho que nos ultrapassa pela ausência de estratégia de resposta à crise social e económica e aos problemas cruciais que Figueiró dos Vinhos enfrenta: envelhecimento, despovoamento, a sua falta de fixação e atracção de jovens, falta de emprego. _____

No entanto há sempre pretextos e explicações para tudo. O que ninguém consegue descortinar é o retorno do que se pede aos Figueiroenses. É a contrapartida económica e social dos esforços a que são chamadas as famílias do concelho. Não nos iludamos. Esta é a realidade de hoje. Mas pelo caminho que as coisas levam vai ser também a realidade dos próximos anos. Não há hoje em Figueiró dos Vinhos nenhum projeto de desenvolvimento do Concelho, nem o concelho melhorou nos últimos cinco anos de gestão socialista. ____

Basta andar pelo concelho e falar com as pessoas para aferirmos isso mesmo. _____

Por muitos gráficos bonitos que se façam, por muita linguagem contemporânea que se utilize, é tão-somente esta a finalidade de uma autarquia: “a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”. ____

Perguntamos:

Considera-se que os interesses próprios dos Figueiroenses foram defendidos? _____

Não. Não foram. _____

Há mais empresas e mais emprego para os Figueiroenses? _____

Não. Não há. _____

Há mais e melhores cuidados de saúde na Vila e nas Freguesias? _____

Não. Não há. _____

Há mais desenvolvimento e mais progresso no Concelho? _____

Não. Não há. _____

Há mais transparência na relação entre o Município, os eleitos locais e os seus munícipes? _____

Não, não há. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Estas respostas podem ser dadas pelos cidadãos do concelho que sentem na pele as dificuldades do dia-a-dia. A gestão autárquica deve reger-se por objetivos estratégicos que tenham como finalidade o crescimento sustentado do Concelho. Mais um ano que passou, a somar aos quatro do anterior mandato, sem que se vislumbrem concretas realizações efetivas na vertente do desenvolvimento económico e na criação de emprego. _____

2018 revelou-se mais um ano de uma oportunidade perdida no estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento e progresso para o Concelho, vindo a acentuar-se o clima de crise que o Concelho atravessa. Figueiró dos Vinhos vê-se ultrapassado pelos concelhos limítrofes. O Concelho continua a perder centralidade em termos regionais, ocupando lugares pouco honrosos nos rankings da transparência, de poder de compra, qualidade de vida e de dinamismo económico. _____

O Concelho de Figueiró dos Vinhos voltou a cair no Portugal City Brand Ranking/2019, Municípios Portugueses – cai uma posição e ocupa, agora, o 266º lugar entre 308 Concelhos. Cai sete lugares relativamente a 2018 e 51 relativamente a 2014. _____

Os parâmetros avaliados demonstram que Figueiró dos Vinhos é cada vez mais um concelho adiado, que a estratégia da mera propaganda não resiste ao teste da realidade, não funciona e não se traduz em resultados práticos positivos para a nossa população, que espera e desespera por mais emprego, mais progresso e melhor qualidade de vida. _____

Expressámos em novembro de 2017 aquando da apresentação do Plano e Orçamento para 2018 que as opções políticas nele inscritas não cuidavam de criar, de inovar e de fazer coisas novas que trouxessem desenvolvimento, progresso e uma nova esperança aos Figueiroenses. Dissemos ainda, na altura, que a criação de emprego e a fixação dos mais jovens deveria estar na primeira linha da atuação do Município. Alertámos que esse era um mau Orçamento em termos políticos, sociais e económicos na medida em que não estava, como deveria, ao serviço de uma estratégia sólida de recuperação da economia local, interrompida em 2013. _____

O que vemos hoje é a confirmação do que então dissemos e a confirmação de que o executivo socialista falhou. _____

E falhou não só nas políticas de desenvolvimento económico e social, de captação de novas empresas, na criação de emprego e no apoio aos mais vulneráveis, como falhou na sua relação com os cidadãos e com as forças políticas eleitas ao não cumprir o Estatuto da Oposição e ao não dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e da alínea s), n.º 1, artigo 18º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e consequentemente ao não elaborar e apresentar o competente relatório de avaliação. _____

O executivo não cumpriu a Lei e o Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2018. Como o não

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

cumpriu nos últimos quatro anos anteriores e agora em 2019. Como, também, não cumpriu ao não elaborar o relatório anual sobre a execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. _____

Apesar destes factos haverá sempre quem venha dizer que muito se fez e que vivemos num mar de rosas, como haverá quem se apresse a vir a terreiro legitimar a maioria no poder. A realidade está á vista e não é rosa, mas é mais pintada em tons cinzentos e negros. _____

Mas nem tudo é mau. No meio desta paleta monocromática há ainda quem mereça uma palavra de agradecimento e de incentivo. _____

O nosso sincero agradecimento a todos os Funcionários da Câmara Municipal pelo empenho, trabalho e dedicação que permitiram a prestação de serviço público de qualidade. _____

Agradecimento extensivo a todos os empresários comerciantes, Instituições e Associações do concelho pelo empenho, insistência e persistência que manifestaram ao longo de 2018 pelo desenvolvimento e progresso do Concelho e pela participação dos cidadãos. _____

Obrigado a todos os Figueiroenses gente séria e trabalhadora que merece uma vida melhor e um concelho com mais emprego e mais desenvolvido. _____

O PSD e os seus eleitos, na Câmara e na Assembleia Municipal e nas Juntas e Assembleias de Freguesia, continuarão determinados em levar por diante o mandato que lhes é confiado pelos cidadãos do concelho, honrando os seus compromissos e assumindo com frontalidade a diferença, sendo certo de que se fossemos poder faríamos muitas coisas de forma diferente e certamente com melhores resultados para as pessoas e para o desenvolvimento e progresso da nossa terra. _____

Uma última nota para lamentar que o executivo PS não nos tenha enviado a certificação legal de contas 2018 e o respetivo parecer elaborado pelo Revisor Oficial de Contas aquando do envio dos documentos de prestação de contas da autarquia. _____

Embora a legislação defina que as contas dos municípios são remetidas ao órgão deliberativo (Assembleia Municipal) para apreciação juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas apresentados pelo Revisor Oficial de Contas, fazia todo o sentido que esse parecer tivesse vindo, em devido tempo, também à Câmara Municipal e que acompanhasse os documentos de prestação de contas em apreciação e votação nesta reunião. Este procedimento permitiria ter acesso a informação técnica, profissional e independente e tempo para a apreciar devidamente. Não se percebe este procedimento em todo contrário ao rigor que deve nortear a ação de titulares de cargos políticos. _____

A terminar agradecemos a todos e a cada um e dizendo que é para nós uma honra servir o Concelho de Figueiró dos Vinhos. _____

Por tudo aquilo que apresentámos ao longo desta declaração política em relação à Prestação de Contas e Relatório de Gestão da CMFV para o exercício de 2018, e não querendo dar motivos ao executivo municipal

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

para mais desculpas e vitimizações o voto do PSD é o voto de abstenção. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019 _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

A Câmara Municipal deliberou por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2018, com três votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e duas abstenções, do Sr. Vereador do Partido Social Democrata/Partido Popular e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente. _____

Mais deliberou, no que respeita à aplicação de resultados, pela aplicação do resultado líquido do exercício em resultados transitados, bem como submeter os documentos e Prestação de Contas, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, observada a alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

5. GABINETE DE APOIO AO INVESTIMENTO

5.1 CONCESSÃO DE LOTES NO PARQUE EMPRESARIAL DO CAMELEIRO – FERNANDO

MANUEL MARTINS DUARTE: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 34/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

Proposta de Deliberação n.º 34/2019:

“Considerando que:

Fernando Manuel Martins Duarte, NIF 204970245, apresentou uma candidatura para a cedência dos Lotes 11A e 12A, sitos no Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos nos termos do previsto no artigo 7º do Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento, e a isenção de taxas urbanísticas e administrativas. _____

De acordo com o Relatório da Comissão de Acompanhamento, foi a respetiva candidatura aprovada, mediante deliberação de câmara de 30 de janeiro de 2019. _____

Conforme Relatório da Comissão de Acompanhamento, de 1 de abril de 2019, o requerente comunicou ao Município de Figueiró dos Vinhos a desistência da cedência dos lotes, por motivos próprios, propondo a referida Comissão naquele documento a revogação da deliberação de câmara de 30 de janeiro de 2019 e da consequente cedência. _____

Nestes termos,

PROPOMOS que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela revogação da deliberação de câmara de 30 de janeiro de 2019 e a consequente cedência dos Lotes 11A e 12A, sitos no Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos a Fernando Manuel Martins Duarte, NIF 204970245, ficando os mesmos disponíveis para cedência futura”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este assunto trouxe um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

**“5.1 Concessão de Lotes no Parque Empresarial do Caramelo –
Fernando Manuel Martins Duarte**

Vem hoje a esta reunião de câmara o processo de reversão da atribuição de dois lotes no parque empresarial.

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Trata-se de um potencial investidor que desistiu de se instalar no parque empresarial de Figueiró dos Vinhos. Já na reunião de 10 de janeiro de 2018 tivemos a ocasião de alertar para o número, a nosso ver anómalo, de potenciais investidores que se candidatam, são apoiados e posteriormente desistem. _____

Lá terão todos as suas razões mas este facto não deixa de ser preocupante dado que este investidor, tal como os outros que apontámos nessa altura não são casos únicos. Outros se lhe seguiram e também desistiram de investir no Parque Empresarial do Caramelo. _____

Preocupante porque foram pessoas que tiveram projetos de investimento aprovados, foram objeto de atribuição de benefícios públicos, a quem foram atribuídos lotes e que passado algum tempo desistem de se instalar.

Já o dissemos e voltamos hoje a reafirmá-lo. Todas estas desistências são reveladoras da insegurança dos investidores em apostar em Figueiró dos Vinhos, daí que estes factos careçam de uma análise profunda, de uma explicação que diagnostique e que faça as necessárias correções. _____

Uma coisa é certa. O concelho precisa de impulsionar o desenvolvimento económico do seu território, através do estímulo à criação e instalação de unidades de negócio capazes de criar emprego e de gerar riqueza e isso não tem acontecido nestes últimos anos. Não há novas empresas, não há emprego e as pessoas vão-se embora.

Não basta a operação de cosmética de transferência de um lado para o outro de empresas já instaladas. É preciso mais, muito mais. Não se pode ficar à espera. É preciso saber atrair e captar investidores. Se não sairmos da nossa zona de conforto e não formos à sua procura eles não vêm cá ter. _____

O executivo camarário tem feito bandeira do empreendedorismo e da captação de investimento para o concelho. Oxalá que não se tenha em demasiada boa conta em matéria de empreendedorismo porque os resultados não se veem. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a Proposta de Deliberação n.º 34/2019, aprovando a revogação da deliberação de câmara de 30 de janeiro de 2019 e a consequente cedência dos Lotes 11A e 12A, sitos no Parque Empresarial do Caramelo - Figueiró dos Vinhos a Fernando Manuel Martins Duarte, NIF 204970245, ficando os mesmos disponíveis para cedência futura. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

6. UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

6.1. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM A SEGURANÇA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 02/04/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 44/SF/2019 datada de 02/04/2019 no valor de 361,41 euros (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 02/04/2019 relativo ao pagamento dos custos com a segurança social do mês de fevereiro de 2019, no valor de 361,41 euros (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos). _____

6.2 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM OS VENCIMENTOS REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 02/04/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 2543F/2019 datada de 02/04/2019 no valor de 1.871,10 euros (mil oitocentos e setenta e um euros e dez cêntimos) deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 02/04/2019 relativo ao pagamento dos custos com os vencimentos do mês de março de 2019, no valor de 1.871,10 euros (mil oitocentos e setenta e um euros e dez cêntimos). _____

6.3 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2019:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 46/SF/2019, datada de 02/04/2019, no valor de 5.266,57 euros (cinco mil duzentos e sessenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

“Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 5.266,57 euros (cinco mil duzentos e sessenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), relativo ao suporte de custos com diversos trabalhadores, referente ao mês de março de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

6.4 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2019: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 45/SF/2019, datada de 02/04/2019, no valor de 2.216,89 euros (dois mil duzentos e dezasseis euros e oitenta e nove cêntimos).

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

“Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 2.216,89 euros (dois mil duzentos e dezasseis euros e oitenta e nove cêntimos), relativo a despesas de funcionamento da Delegação, referente ao mês de março de 2019. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

6.5 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – PEDIDO DE APOIO VISITA DE ESTUDO: A Câmara Municipal à semelhança do ano anterior, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 8,00 euros (oito euros) por aluno, perfazendo o valor total de 1.496,00 euros (mil quatrocentos e noventa e seis euros). _____

6.6 MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA – ENVIO DE RELAÇÃO MENSAL – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2018/2019: A Câmara Municipal face à listagem remetida pelo Município de Castanheira de Pera, correspondente aos alunos que utilizam a Rede Pública de Transportes que frequenta o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, deliberou por unanimidade liquidar o valor de 646,59 euros (seiscentos e quarenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos).

6.7 CONTRATO CONCESSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO VIVEIRO DE TRUTAS DE CAMPELO – COMUNICAÇÃO DE CESSAÇÃO DE CONTRATO E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna n.º 01SCP19: _____

Informação Interna n.º 01SCP19:

“Em conformidade com a decisão tomada em reunião de Câmara Municipal e posterior autorização em reunião de Assembleia Municipal realizadas, respetivamente, a 14/02/2018 e 21/02/2018, fora desencadeado pelos serviços o processo de concurso n.º 01CPC18 tendo por objeto principal a “*Atribuição do direito de exploração do Bar do Viveiro de Trutas de Campelo*”, a que foi atribuído o anúncio de procedimento n.º 1071/2018 da II Série do Diário da República n.º 41 - Parte L - Contratos Públicos. _____

Consta das respetivas conclusões, a adjudicação definitiva a Maria Irene Calçada Ribeiro, conforme contrato celebrado em 02/05/2018, para um período de 24 meses, prorrogáveis por períodos de 12 meses até ao limite máximo de 48 meses e para um preço contratual adjudicado de 100,00 euros + IVA. _____

Por comunicação de 26/03/2019, vem o concessionário dirigir ao Município a intenções de cessar de imediato a exploração do bar no ano de 2019. _____

Nesta sequência, foi consultada a conta corrente da entidade e verificou-se que, à data, existem valores de rendas por liquidar, no montante total de 492,00 euros (inclui IVA 23%). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Em face desta circunstância, tratando-se de uma infraestrutura que pelas suas características e oferta de serviço a par da sua localização estratégica privilegiada e que assim contribui significativamente para a dinamização turística daquela localização específica no concelho de Figueiró dos Vinhos, urge tomar medidas imediatas de forma a minimizar o impacto resultante do encerramento deste espaço. _____

Nesse sentido, visto estarmos perante um processo cujo modelo de exploração, objeto e formação de contrato tem a natureza de concessão de serviços públicos e observados os limites de competência à autorização de abertura deste tipo de procedimentos, sugere-se a elaboração de novo concurso a ser presente na próxima reunião de Câmara de forma a ser possível a sua autorização na próxima sessão da Assembleia Municipal, observado o disposto na alínea *p*) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Mais se informa que, considerando a existência de valores pendentes de pagamento, que apenas se procederá à libertação da caução prestada no montante de 240,00 euros, apenas e quando demonstrada a liquidação das obrigações do concessionário, conforme acima descrito”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação aos pontos 6.7 e 6.8, apresentou um documento conjunto que leu e se transcreve na íntegra: _____

“ Atribuição do direito de exploração do Bar do Viveiro de Trutas de Campelo

Este é mais um caso a que nos temos vindo a referir há anos. _____

Lembramos o que dissemos na reunião de câmara de 28 de março de 2018 aquando do Concurso Público de Atribuição do Direito de Exploração do Bar do Viveiro de Trutas de Campelo, e cito: _____

“Congratulamo-nos com o facto e esperamos que este acto não seja mais um, mas que possa ser o início de uma aposta vencedora numa Freguesia envelhecida, que vai perdendo população todos os anos e que precisa de ser vista e compreendida na sua realidade atual. _____

Que este espaço possa ser olhado pelo Município de outra forma e integrar um fio condutor de uma política de promoção turística e cultural, das freguesias, nomeadamente da freguesia de Campelo, que seja diferenciadora e que dê lugar ao aparecimento de um novo e regular destino e de novos visitantes.” _____

Infelizmente não foi possível concretizar este desígnio e transformar esta esperança em algo que nos pudéssemos hoje orgulhar. E nunca será enquanto esta realidade não for vista de outra forma. Tudo o que dissemos no ponto 4.5 relativamente ao Bar da Aldeia Ana de Aviz se aplica aqui por inteiro. _____

Este espaço deveria ser olhado como espaços de “vida permanente” e não entregue a soluções de recurso e

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

casuísticas. O espaço deve ser apoiado e acompanhado de forma a ter uma capacidade crescente de atracção e a assumir-se como uma mais-valia turística e económica a que a Reabilitação do Posto Aquícola de Campelo e Infraestruturas anexas não deve ser alheia. _____

Enquanto estes espaços forem considerados meros locais de comércio a funcionar cada um por si não saímos disto. Não podemos continuar a fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes. _____

Enquanto estes espaços não fizerem parte integrante de uma política de turismo paisagístico, gastronómico e cultural integrada no concelho e na região e que faça a diferença vamos continuar a aprovar desistências e a abrir concursos porque o resultado vai ser o mesmo e a desejar que desta vez as coisas corram melhor.

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a autorização de abertura este tipo de procedimentos, procedendo à elaboração de novo concurso a ser presente na próxima reunião de Câmara de forma a ser possível a sua autorização na próxima sessão da Assembleia Municipal, observado o disposto na alínea *p*) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando a existência de valores pendentes de pagamento, que apenas se procederá à libertação da caução prestada no montante de 240,00 euros, apenas e quando demonstrada a liquidação das obrigações do concessionário, conforme acima descrito”. _____

6.8 CONCURSO PÚBLICO “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO VIVEIRO DAS TRUTAS DE CAMPELO” – ABERTURA DE

PROCEDIMENTO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a abertura de procedimento do concurso público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar do Viveiro das Trutas de Campelo”, de acordo com a qualidade do projeto de exploração e funcionamento (Va) = 60%; valia técnica e qualidade dos programas de atividades a desenvolver (Vb) = 40%, pelo valor mensal a pagar pela concessão, nos meses de junho, julho, agosto e setembro na importância de 100,00 euros (cem euros) sendo o prazo para apresentação das propostas de vinte e um dias. _____

Mais deliberou aprovar a composição do seguinte Júri: Efetivo e Presidente: Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Efetivo: Eng.º Manuel da Conceição Paiva; Efetivo: Dr. Luís Manuel Rafael Silveirinha;

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

Suplente: Dr.^a Paula Alexandra do Carmo Mendes; Suplente: Eng.^a Isabel Maria David Antunes. _____

Deliberou ainda submeter este assunto à Assembleia Municipal para aprovação. _____

O Programa de Concurso e Caderno de Encargos fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

Os dois Vereadores do Partido Socialista Dr.^a Marta Brás e Eng.º Manuel Paiva, não participaram na votação e discussão deste assunto por fazerem parte da Composição do Júri de Concurso, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

6.9 HASTA PÚBLICA 01HP19 – ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO E EDIFICADO ONDE OUTRORA FUNCIONARAM OS SERVIÇOS DA EDP EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS – ATA DE DECISÃO FINAL DE PROPOSTAS:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Ata de Decisão Final de Propostas, elaborada pela Comissão de Hasta Pública: _____

“Ao quinto dia do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dez horas nesta Vila de Figueiró dos Vinhos e Edifício dos Paços do Município, reuniu a comissão de hasta pública constituída por, Vítor Alexandre Pimentel Duarte, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, na qualidade de Presidente, António Manuel Mendes Lopes, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Obras Municipais e Luís Manuel Rafael Silveirinha, Técnico Superior - Economista, ambos na qualidade de membros efetivos do procedimento supra identificado, aprovado pela Câmara Municipal em reunião realizada a treze de março de dois mil e dezanove e publicitado através de edital n.º 17/2019 de 14 de março, na página eletrónica do Município de Figueiró dos Vinhos e em jornal de expansão regional, Diário de Leiria n.º 6159 de quinze de março de dois mil e dezanove, a fim de concluir o presente procedimento decorrida a fase de abertura e análise de propostas. _____

Deu-se assim início aos trabalhos de decisão final do processo 01HP19, com a transcrição de forma resumida aos diversos momentos decorridos. _____

Assim, de acordo com as condições previamente aprovadas, o prazo previamente fixado para entrega da proposta expirou às dezassete horas do dia vinte e nove de março de dois mil e dezanove, tendo apresentado proposta, dentro dos prazos definidos, a Associação Agostinho Roseta. _____

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e dezanove, pelas dez horas nesta Vila de Figueiró dos Vinhos e Edifício dos Paços do Município, procedeu-se à realização do ato formal de abertura das propostas apresentadas ao procedimento. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

No mesmo ato, considerando a conformidade da proposta, procedeu-se à elaboração de auto de arrematação provisório, decidindo-se notificar a proponente Associação Agostinho Roseta, para que esta proceda ao pagamento dos 50% do valor da arrematação, bem como fazer prova da situação tributária e contributiva regularizada, em conformidade com as condições de venda. Nesta sequência, foi confirmada a transferência de 50% do valor da arrematação conforme documento bancário anexo, bem como confirmada a situação contributiva e tributária regularizada perante as respetivas entidades, Segurança Social e Autoridade Tributária. _____

Por último, cumprida esta fase de adjudicação provisória, propõe-se à consideração do órgão executivo, que profira decisão de adjudicação definitiva, promovendo a respetiva notificação ao adjudicatário no prazo máximo de cinco dias a contar da sua prolação, a fim de que se promova contrato de compra e venda a celebrar no prazo de 30 dias a contar da referida notificação. _____

Nada mais havendo a constar, o presidente do júri deu por encerrada a reunião, elaborando-se a presente ata, constituída por duas folhas e respetivo anexo, documento assinado pelos elementos do Júri presentes”. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, relativamente à Hasta Pública do Edifício das antigas instalações da EDP, congratulou-se por este processo estar finalmente decidido e lembrou que desde o início sempre apoiou o projeto de fixação da Escola Profissional Agostinho Roseta em Figueiró dos Vinhos, julgando que o mesmo representará uma mais-valia para o concelho ao nível da oferta educativa e formativa, podendo representar do ponto de vista da dinâmica local um importante papel que deverá ser valorizado e apoiado em todas as circunstâncias pelo retorno que a sua atividade naturalmente trará consigo. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este assunto apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

“6.9 Hasta Pública 01HP19 – Alienação de parcela de terreno e edificado onde outrora funcionaram os serviços da EDP em Figueiró dos Vinhos – Ata de Decisão Final de Propostas

Este ponto da ordem do dia surge na sequência da deliberação de câmara de 13 de março de 2019 e se por um lado e nessa sequência continua presente o registo errático deste processo, por outro vemos que aquilo que

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

explanamos na altura se confirmou. O terreno foi vendido por quase metade do preço da última avaliação para a Associação Agostinho Roseta, entidade que já tinha e mantém no seu site institucional o Polo de Figueiró dos Vinhos com três cursos, como se de um facto adquirido se tratasse. _____

Para o PSD não está aqui em causa a instalação em Figueiró dos Vinhos de uma escola profissional. Antes pelo contrário. Se for a Escola Profissional Agostinho Roseta é bem-vinda. Sempre o defendemos e continuamos a defender, ao contrário do PS que através do seu porta-voz na Assembleia Municipal se pronunciava contra. Não é, portanto, isto que está em causa e que fique muito claro. _____

O que está aqui em causa é outra coisa. É o processo que leva a essa instalação. _____

Um processo todo ele mal conduzido, ziguezagueante e com procedimentos e opções mal explicados. Isto é um pouco como a mulher de César. Não basta ser, é preciso parecer. E este é um processo que nesta matéria tem deixado a desejar, sendo certo que as alterações das condições de venda de uma para outra hasta pública ou a já dita publicidade institucional no site não ajudaram a clarificar a situação. _____

Alertámos na reunião de 13 de março de 2019 quanto ao valor mínimo de licitação por este não ser consentâneo com o valor da avaliação mais recente. Valor esse que não sabemos como surgiu, nem nos foi cabalmente explicado e legalmente sustentado. _____

Se por um lado nos congratulamos que a proponente fosse uma Associação detentora de uma Escola Profissional, porque vem ao encontro daquilo que sempre defendemos, e que, por via disso, venha a instalar em Figueiró dos Vinhos um polo da sua escola. Por outro não podemos, por aquilo que já dissemos anteriormente e pelo que hoje já aduzimos votar favoravelmente um processo que inevitavelmente conduziu ao estado a que este assunto, agora desencalhado espera-se, e mal conduzido chegou. _____

Apesar de todos os defeitos já explicados conseguiu-se encontrar um proponente que pode vir a preencher uma lacuna existente no nosso concelho que é a criação e funcionamento de um estabelecimento de ensino profissional. E isso é bom. Mas só o seu fim não basta para uma avaliação positiva e consequente votação. É pena que os procedimentos realizados, por todos, não tivessem sido mais claros e tomados sempre no devido tempo de forma a evitar juízos ou suposições que deveriam curvar-se diante da força e da solidez lógica da organização de todo este processo por meio das várias etapas previstas na legislação e levadas a cabo pelo executivo. _____

É, pois, com a coerência que temos tido em todo este processo e na defesa intransigente de Figueiró dos Vinhos, da transparência e do interesse público que lhe está subjacente que o nosso voto é de abstenção.

Figueiró dos Vinhos, 10 de abril de 2019. _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação à posição do Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu apenas que estão no caminho certo, a escola profissional em Figueiró dos Vinhos será uma realidade. _____

A Câmara Municipal depois destas considerações deliberou por maioria, quatro votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar a Ata de Decisão Final de Propostas. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

7. UNIDADE ORGÂNICA OBRAS MUNICIPAIS

7.1 REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS – RECEÇÃO PROVISÓRIA:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 36/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a aceitação do auto de receção provisória da Empreitada referenciada em epígrafe. _____

Proposta de Deliberação n.º 36/2019:

“Considerando que: _____

Após a conclusão dos trabalhos de execução da obra “Reabilitação de estradas municipais”, e após vistoria em que se verificou que os trabalhos estavam em condições, foi elaborado e assinado o respetivo auto de receção provisória da obra, nos termos dos artigos 394º a 396º do CCP – Código dos Contratos Públicos, pelos representantes do município e do adjudicatário JJR & Filhos, SA. _____

Na data da assinatura do auto da receção provisória, iniciou-se ainda a contagem do prazo de garantia da obra, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra, de acordo com o artigo 397º do CCP. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere pela aceitação do auto de receção provisória da empreitada “Reabilitação de estradas municipais”, iniciando nessa data a contagem do prazo de garantia da obra” ____

7.2. REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS – CONTA FINAL PROVISÓRIA:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 37/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade aprovar a Conta Final Provisória, da empreitada referenciada em epígrafe, no valor de 1.956.739,50 €, (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil setecentos e trinta e nove euros e cinquenta cêntimos) acrescido de IVA.

Proposta de Deliberação n.º 37/2019:

“Considerando que: _____

Com a conclusão da empreitada "Reabilitação de estradas municipais", adjudicada á empresa Construções JJR & Filhos, SA, e assinatura do Auto de Receção Provisório, foi elaborada a Conta Final Provisória para o encerramento da candidatura “Recuperação de Infraestruturas referentes aos danos do incêndio de 17 de Junho de 2017 – Reabilitação de Estradas Municipais” com o código de operação CENTRO-07-2316-FEDER-

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

000111. _____

Neste sentido foi assinada a Conta Final Provisória, em virtude da não inclusão do cálculo referente à Revisão de Preços, aguardando-se a publicação em Diário da República de todos os índices necessários para a elaboração da referida revisão de preços, e elaboração da Conta Final. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal, delibere pela aprovação da Conta Final Provisória, da empreitada “Reabilitação de estradas municipais”, no valor de 1.956.739,50 €, acrescido de IVA”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

8. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram vinte horas e quinze minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O CHEFE DE DIVISÃO DA U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

--

- ATA DA REUNIÃO DE 10 DE ABRIL DE 2019 (N.º 08/2019)

--